



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-  
BRASILEIRA – UNILAB

INSTITUTO DE HUMANIDADE E LETRAS – IHL

CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

ARIANE CLEMENTE DE ANDRADE

UMA ANÁLISE DA EXPRESSÃO “CONFLITOS TRIBAIS” EM *MAYOMBE*, DE  
PEPETELA

REDENÇÃO

2015

ARIANE CLEMENTE DE ANDRADE

UMA ANÁLISE DA EXPRESSÃO “CONFLITOS TRIBAIS” EM *MAYOMBE*, DE  
PEPETELA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Ludmylla Mendes Lima.

REDENÇÃO

2015

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira**

**Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

A568a Andrade, Clemente de.

Uma análise da expressão “conflitos tribais” em *mayombe*, de pepetela. / Ariane Clemente de Andrade. – Redenção, 2015.

57 f.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Ludmylla Mendes Lima.  
Inclui Referências.

1. Ficção angolana – Texto e interpretação. I. Título.

CDD A869.3

*Dedico este trabalho com muito amor a minha eterna rainha-mãe,  
Maria da Paixão.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me concedido o dom da vida, mesmo modo que a dádiva de pertencer a uma família sensacional e cheia de mistérios. Em especial, agradeço minha eterna rainha-mãe, Maria da Paixão, a qual sempre lutou para driblar os obstáculos dos nossos caminhos, contribuindo para a construção da minha vida acadêmica e, também para os valores que me regem.

Agradeço a minha querida orientadora, professora Dra. Ludmylla Mendes Lima, a qual me acompanha desde setembro de 2013, com muita paciência e amor. Reconheço a sua importância diante da quantidade de conhecimentos absorvidos nesses dois anos e meio do curso Bacharelado em Humanidades, com destaque para a viagem no mundo literário em que embarcamos com o projeto de pesquisa intitulado: *Formas do Realismo em Narrativas de Língua Portuguesa*.

Agradeço ao ilustre professor Elikia M'Bokolo, pelas orientações, conversas e explicações sobre o tema a ser pesquisado nesse trabalho. Confesso que suas dicas nortearam essa pesquisa do início ao fim, proporcionando-me confiança no argumento defendido e base suficiente para que eu chegasse até lá.

Agradeço ao coordenador do curso, professor Dr. Maurílio Machado Lima Júnior, pela sua competência em desenrolar os problemas que cercam o seu cargo, bem como sua admirável relação com os alunos. Sou grata também, as suas assistentes, aos bibliotecários(as) e aos demais professores que de alguma forma contribuíram para os meus primeiros passos, como estudante de uma universidade federal. Ressalto a relevância de todos os que formam a UNILAB, pois somente com todas as peças, que se monta um quebra-cabeça.

Agradeço aos meus grandes amigos Cristiane Freire, Elves Barreto, Patricia Holanda e Ytalo Viana, pelos conselhos, risadas e conversas únicas. Agradeço ao meu amigo e namorado encantador Robson Sampaio, por ter me incentivado e acreditado na minha capacidade, desde a prova do ENEM. Se cheguei até aqui, foi por conta da sua insistência e colaboração.

Agradeço ainda a todos aqueles que desconfiaram da minha competência, pois na caminhada da vida, até as negatividades auxiliam na conquista dos objetivos almejados.

## RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar a expressão “conflitos tribais”, utilizada constantemente por Pepetela, nas narrativas do romance *Mayombe*. Partindo dessa expressão, buscou-se esmiuçar o contexto histórico, político e social que a sedimenta, com o intuito de compreender, primeiramente, o seu verdadeiro significado, assim como o motivo da sua frequência nos relatos do romance em questão. Contudo, para além do desejo de entender onde, como, quando e porque brota a expressão “conflitos tribais”, tem-se o foco de reinterpretá-la, evidenciando que os atritos descritos no romance *Mayombe* não foram impulsionados pelas diferenças culturais e/ou étnicas, sugeridas pelo termo “tribais”, mas sim por conta do momento instável que os guerrilheiros do MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola- enfrentavam durante a guerra de libertação de Angola. Para alcançar essa reinterpretação, uniram-se trechos do romance à explanação do cenário histórico que fundamentou desde o florescer do termo “tribo” (século XIX) até sua ruína (finais do século XX), tornando plausível a ideia de atritos distantes das dessemelhanças étnicas e, assim, proporcionando, também, um novo pensar a respeito da imagem de uma Angola “selvagem”, a qual acaba revivendo- aos olhos dos europeus- diante a luta pela consolidação da nação angolana.

**Palavras-chave:** “Conflitos tribais”. Gênero romance. Angola.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
Capítulo 1: O gênero romance .....	11
1.1. As idiossincrasias do gênero romance.....	11
Capítulo 2: De “Tribalismo” para Etnia.....	18
2.1. Pepetela e a expressão “conflitos tribais” .....	18
2.2. A história do termo “tribal”/ “tribo” .....	20
2.3. Exteriorizando o contexto histórico, social e político do século XIX.....	23
2.4. Debates e embates entre os séculos XIX-XX.....	26
2.5. De “tribos” a grupos étnicos: Etnia e suas particularidades.....	29
2.6. O reviver de uma África “selvagem”: Angola rumo à independência.....	34
Capítulo 3: “Conflitos tribais” em <i>Mayombe</i> .....	39
3.1. A história da literatura angolana e a importância do gênero romance .....	39
3.2. Reinterpretando a expressão “conflitos tribais” .....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	57

## INTRODUÇÃO

A literatura é uma das ciências mais brilhantes dentre as ciências que existem no mundo. Ela é irradiada desde uma receita de bolo até um minucioso trabalho de conclusão de curso. Segundo Antônio Cândido:

Geralmente, quando nos referimos à literatura, pensamos no que tradicionalmente se costuma chamar ‘belas letras’ ou ‘beletrística’. Trata-se, evidentemente, só de uma parcela da literatura. Na acepção lata, literatura é tudo o que aparece fixado por meio de letras- obras científicas, reportagens, notícias, textos de ‘propaganda’, livros didáticos, receitas de cozinha, etc. (CÂNDIDO, 1970, p. 9).

Ao contrário do que muitos pensam, a literatura não é uma ciência restrita aos pesquisadores da área de Letras ou cursos afins, pois está presente em cada narrativa, em cada descrição e escrita, produzidas pelos homens e espalhadas pelo mundo. Contudo, assim como toda ciência, a literatura tem a parte canonizada- ‘belas letras’, a qual serve de subsídio para o universo acadêmico. Essa parte é constituída por diversos gêneros literários, cada um portando uma estrutura e se adequando a uma época específica. Dentre eles, o escolhido para fortalecer essa pesquisa, foi o romance, o qual ascendeu no século XIX, comunicando as mudanças que aconteciam e ainda iriam acontecer no mundo e na história da literatura moderna.

A história da literatura não poderia ser resumida em apenas algumas páginas, portanto fixar um tempo histórico- século XIX/XX e o gênero predominante da época- o romance, acompanhado da explanação do contexto histórico, político, social e cultural que o sedimenta, será um dos pilares desse trabalho. O que se propõe é um comentário analítico baseado em um olhar histórico, político, social e cultural sobre um romance de origem africana escrito em língua portuguesa, intitulado *Mayombe*, cujo autor é o angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, cujo codinome Pepetela. Partindo do pressuposto de que existem vários cenários internos a um cenário maior, ou seja, há diversos assuntos internos a uma história que compõe o romance em questão, o recorte que dará forma a essa pesquisa, recairá sobre a expressão “conflitos tribais”, utilizada constantemente por Pepetela nessa obra.

*Mayombe*, publicado em 1980, retrata a luta dos guerrilheiros participantes da organização política MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola em prol de uma nova Angola, unida e livre das mãos dos europeus. Ora, se o cenário macro dessa obra é a batalha pela libertação de um país, é possível destacar alguns micros cenários que brotam na narrativa espontaneamente, como por exemplo: a fome, o sofrimento físico e mental e principalmente, a acentuação das diferenças, sejam elas raciais, culturais, sociais, políticas, históricas, etc. A vista disso, uma das questões que fluem entre as narrativas que atribuem vida ao romance *Mayombe*, é o que Pepetela nomeia de “conflito tribal”, o qual se repete na maior parte das cenas, transparecendo que embora todos lutem pelo mesmo propósito, as diferenças acabam ocupando lugares gritantes, quando homens são vencidos pelas mazelas da guerra.

A expressão “conflitos tribais” é o eixo central desse trabalho. Desejando entendê-la para além das narrativas do romance, mas também tentando compreender o porquê de seu uso contínuo nele, investigou-se o solo histórico que a sedimenta desde o florescer do termo tribo (1871) até a sua ruína nos finais do século XX. Após compreender como, onde, quando e porque floresceu o termo “tribo”, buscou-se reinterpretá-lo aos olhos de Pepetela, conectando trechos do romance *Mayombe* aos contextos sociais e históricos esmiuçados no decorrer desse estudo.

A intenção de explanar do ápice à ruína do termo “tribo” e acoplá-lo as narrativas da obra em questão, reflete na fundamentação do argumento medular dessa pesquisa, o qual atesta que: as etnias, ao contrário do que as potências imperiais persistiam em declarar, não foram as principais impulsionadoras dos conflitos em Angola, antes e durante da luta pela independência do país. Com o intuito de fundamentá-lo, dividiu-se esse trabalho em três fases específicas.

Na primeira parte, esforçou-se em destrinchar a composição estilística do gênero romance, ressaltando a sua importância para a modernidade, sublinhada por Gyorgy Lukács (2011), bem como as suas idiosincrasias estruturais, enfatizadas pelo romancista Mikhail Bakhtin (1998). Dando continuidade e, partindo para a investigação minuciosa do solo histórico que abriga a expressão “conflitos tribais”, analisou-se o seu surgimento e todas as problemáticas que lhe rodearam. De maneira geral, duas perguntas orientaram o desenvolver do segundo capítulo: 1- O que significa “tribal”? 2- Esses “conflitos tribais” serviram como obstáculos para a conquista da independência de Angola? Portanto, almejando respondê-las, se produziu um conteúdo totalmente

histórico, legitimando que para além de uma simples sentença instigante, presente em um romance, têm-se um denso contexto histórico, político e social que a sedimenta.

O esmiuçar da estrutura do gênero romance e a exploração do cenário que serviu como abrigo para a formação do termo “tribo”, dá-se por encerrado ao término do segundo capítulo. Contudo, com o objetivo de reinterpretá-lo aos olhos de Pepetela, parte-se para o entrelaçamento dos fatos expostos até então, com os trechos de um dos capítulos do romance *Mayombe*. O alvo, nesse momento final, é identificar no capítulo *Ondina* fragmentos que comprovem que Artur Carlos Mauricio Pestana dos Santos, embora fazendo uso de um termo europeu- “tribal”, o qual carrega consigo características pejorativas dos povos do continente africano, empenhou-se para transfigurá-lo, fazendo jus a criação de uma literatura de fato angolana. Ademais, as narrativas que dão vida ao capítulo escolhido do romance em estudo, contribuíram diretamente para alicerçar o argumento base dessa pesquisa, evidenciando que os atritos que ocorriam em Angola, no momento da luta pela libertação do país, provinham muito mais das instabilidades físicas e emocionais que assolava aquele ambiente, do que das dessemelhanças étnicas, propriamente ditas.

Antes de partir para a exposição dos conteúdos, ressalta-se uma relevante informação a respeito da construção dessa monografia: somente com os esclarecimentos do grandioso historiador Elikia M'Bokolo, que se conseguiu perceber os “bastidores” dos considerados “conflitos tribais”. Com a sua experiência em estudar África e reconhecer o grau de dificuldade que ainda temos de se distanciar dos padrões e histórias eurocêntricas, auxiliou-me na confecção de um “novo” olhar a respeito de um tema que ainda soa como justificativa para o atraso dos países do continente africano, principalmente no caso de Angola. Assim, espera-se ter aproveitado das suas orientações, contribuindo para dissolver a ideia que afirma que os conflitos que devastam as populações do continente africano são essencialmente étnicos.

## Capítulo 1: O gênero romance

Abre-se esta pesquisa, apresentando um dos gêneros da literatura: o gênero romance. Levando em consideração que esse gênero foi o principal instrumento de análise para esse trabalho, o objetivo desse capítulo é destrinchar a composição particular de sua estrutura, bem como o contexto histórico que sedimentou o seu surgimento, na tentativa de explicar o porquê de tê-lo escolhido enquanto mecanismo de estudo e, também de enaltecer sua importância para o mundo moderno.

Esforçou-se para desembaraçá-lo, expondo as dificuldades de entendê-lo, desde o seu nascimento, por conta das suas particularidades. No entanto, o interesse nessa fase inicial foi salientar e explicar as três idiossincrasias do gênero romance, formuladas pelo romancista Mikhail Bakhtin, para que seja possível compreender a real importância desse gênero para a consolidação da nação angolana. Vale ressaltar, que no terceiro capítulo dessa pesquisa, serão esclarecidos os motivos que levaram o romance à arma de protesto, por isso da necessidade de entender suas particularidades estilísticas.

### 1.1. As idiossincrasias do gênero romance

O gênero romance adentrou o sistema de formas estéticas, deixando de ser um gênero inferior e rejeitado pelos demais gêneros, dentre os quais se pode citar a epopeia, somente na segunda metade do século XVIII. Apresentando-se enquanto o único gênero inacabado e flexível, o romance alcança sua ascensão juntamente com a classe burguesa, no século XIX, tornando-se o instrumento de voz da época moderna e assumindo o posto de “forma artística substancialmente nova” (LUKÁCS, 2011, p.193). Ao impulsionar o rompimento das regras que até então vigoravam para os escritos literários, o romance, sem se adequar ao que Bakhtin denomina “harmonia dos gêneros” (BAKHTIN, 1998, p.398), evidencia a evolução literária adequada e necessária para o novo mundo. Conforme Bakhtin:

O romance é o único gênero em evolução, por isso ele reflete mais profundamente, mais substancialmente, mais sensivelmente e mais rapidamente a evolução da própria realidade. Somente o que evolui pode compreender a evolução. O romance tornou-se o principal

personagem do drama da evolução literária na era moderna precisamente porque, melhor que todos, é ele que expressa as tendências evolutivas do novo mundo, ele é, por isso, o único gênero nascido naquele mundo e em tudo semelhante a ele (BAKHTIN, 1998, p. 400).

Proveniente do “novo mundo” (finais do século XVIII, início do século XIX), o gênero romance ao nascer, aparta-se de todos os outros gêneros clássicos do velho mundo, principalmente da epopeia, sinalizando uma nova era da história mundial e literária: a era moderna. De acordo com Bakhtin: “O nascimento e a formação do gênero romanesco realizam-se sob a plena luz da História” (BAKHTIN, 1998, p.397). Assim, o contexto histórico que caminha lado a lado com esse novo gênero, o qual “expressa as tendências evolutivas do novo mundo” (BAKHTIN, 1998, p.400), nada mais é do que um contexto de profundas transformações sociais, políticas e culturais, envoltas à corporificação do sistema capitalista, o qual impulsiona a individualidade dos sujeitos, os contrastes entre as classes sociais, a impossibilidade do narrar, as transições geográficas e sociais dos homens, etc. Não obstante, são essas alterações que dão vida ao romance, tornando-o instrumento de sedimentação de contextos, típico e dominante na literatura moderna.

O gênero em questão, exibindo uma estrutura não calcificada e ainda em formação, provocou um mal estar para os pesquisadores que desejaram definir uma teoria que o comportasse, desde o seu surgimento (século XVIII). Acostumados em estabelecer fundamentos sobre a escrita das obras, os pesquisadores logo notaram a impossibilidade de estipular características fixas e invariáveis ao gênero romance. De acordo com Bakhtin:

Os trabalhos sobre o romance, levavam, na grande maioria dos casos, ao registro e à descrição tão completos quanto possíveis sobre as variedades romanescas, mas, no conjunto, tais registros nunca conseguiram dar qualquer fórmula que sintetizasse o romance como um gênero. Além do mais, os pesquisadores não conseguiram apontar nem um só traço característico do romance, invariável e fixo, sem qualquer reserva que o anulasse por completo (BAKHTIN, 1998, p. 401).

Dessa forma, admite-se o romance como um gênero novo e maleável, que não adentra a “harmonia dos gêneros”, assim como não pode receber o título de mais um gênero ao lado dos outros, simplesmente porque suas particularidades, essas, talvez, não constituídas por completo, o colocam em outra escala da hierarquia literária, distanciando-o dos velhos clássicos “há muito formados e parcialmente mortos” (BAKHTIIN, 1998, p.398). Com o intuito de elucidar o porquê o romance frisa a evolução da literatura incorporada na evolução do tempo histórico, renunciando as regras prontas e consolidadas para as obras, faz-se necessário apontar algumas características de um dos gêneros mais marcantes do velho mundo e que mais difere do romance: a epopeia.

A epopeia, considerada um clássico dos tempos antigos, é um poema épico, que eterniza lendas e tradições de um povo relativamente unido. Sendo épica, a epopeia ressalta o heroísmo de homens que vão a luta para salvar e manter sob proteção os seus companheiros de sociedade, afinal, sendo regidos por lendas e mitos, acreditam que a manutenção dos valores morais e atitudes em prol do social, induzem a harmonia entre o ser e o que se acreditava ser a ordem do mundo. A epopeia também é constituída por fatos históricos, entretanto, as narrativas não são fiéis ao contexto social, histórico e político que as sedimenta, pois a maior preocupação naquela época era narrar fatos que estimulassem o bom comportamento dos indivíduos em relação ao coletivo, independente da veracidade desses. A partir desses aspectos, é possível notar algumas regras que estruturam o gênero epopeia, bem como as características do mundo ao qual ela fazia parte, comprovando o quanto o romance, único gênero portador de flexibilidade e objetividade, não iria conseguir se adequar às expectativas do velho mundo, tampouco às regras que mantinham todas as obras em um mesmo padrão, daí a sua ascensão ter sido somente no século XIX, aliada à ascensão da burguesia.

O romance, embora não tenha nenhuma característica fixa e invariável, transmite os pensamentos que englobam o mundo moderno, extinguindo as principais idiosincrasias da epopeia, como por exemplo: a forte influência dos mitos e lendas sobre as atitudes humanas; o coletivo acima do individual e, principalmente, a exaltação do heroísmo. Conforme Lukács:

A ação da epopeia homérica é a luta de uma sociedade relativamente unida, de uma sociedade enquanto coletividade, contra um inimigo externo [...] Com a desagregação da sociedade tribal, desaparece da

arte narrativa esta forma de figurar a ação, já que ela desapareceu também da vida real da sociedade. As características, as ações ou as situações dos indivíduos não podem mais representar toda a sociedade, ou seja, não podem se tornar típicos de toda a sociedade. Cada indivíduo representa agora uma das classes em luta (LUKÁCS, 2011, p.206).

Observa-se que o desligamento entre o velho e o novo mundo, foi marcado pelos seus próprios fundamentos históricos, os quais impulsionaram e exigiram a evolução, também, das obras literárias, já que as escritas podem ser grandes fontes lendárias. As obras literárias transfiguram a realidade de sua época, conseqüentemente, o romance, assumindo o posto de espelho da sociedade moderna, nascido em meio às contradições das ideologias burguesas (disputa entre as classes sociais), rodeado de instabilidades sociais, tanto quanto de instabilidades dos próprios sujeitos, evidencia um momento totalmente novo, moderno, longe de abstrações, mitos ou simbologias, como no tempo da epopeia, expondo “um quadro da sociedade na totalidade viva e dinâmica de suas contradições” (LUKÁCS, 2011, p. 207). Contudo, é importante enaltecer que embora o romance esboce a realidade de sua época, não deixa de ser formado pela mistura da imaginação, dos pensamentos, aliados a transfiguração dos contextos que lhe servem como base de sustentação.

Ainda que as tentativas para uma construção de uma teoria do romance definitiva não tenham sido concretizadas, Bakhtin afirma que as melhores concepções sobre as particularidades do gênero, foram dadas pelos próprios romancistas (desde o século XVIII), os quais não “tentam abranger todos os tipos de romance em uma definição eclética, em compensação, tomam parte da formação viva do romance enquanto gênero” (BAKHTIN, 1998, p.402). Dentre essas concepções sobre o gênero romance, quatro exigências representam as bases para a sua formação, são elas:

1.O romance não deve ser ‘poético’ no sentido pelo qual os outros gêneros literários se apresentam como tais; 2. O personagem do romance não deve ser ‘heróico’, nem no sentido épico, nem no sentido trágico da palavra: ele deve reunir em si tanto os traços positivos, quanto os negativos, tanto os traços inferiores, quanto os elevados, tanto os cômicos, quanto os sérios; 3. O personagem deve ser apresentado não como algo acabado e imutável, mas como alguém

que evolui, que se transforma, alguém que é educado pela vida; 4. O romance deve ser para o mundo contemporâneo aquilo que a epopeia foi para o mundo antigo (BAKHTIN, 1998, p.402-403).

Atente-se para o fato de que essas exigências estão muito mais para um balanceamento crítico e autocrítico do gênero romance em comparação aos outros gêneros literários, do que como uma tentativa para enquadrá-lo em um círculo de regras fixas, pois ao contrário dos pesquisadores que lutavam para conseguir definir uma estrutura para esse novo gênero, os romancistas estavam preocupados em elucidar a luta deste até a sua aceitação e ascensão (séc. XVIII e XX). Diante dessas exigências formuladas pelos romancistas, reiteram-se algumas idiossincrasias que dão vida ao romance, são elas: o distanciamento do fantástico, o declínio do heroísmo, a fragmentação dos sujeitos e a importância da obra para sua época.

Na condição de romancista, Bakhtin também estabelece algumas singularidades que orientam a elaboração do romance, as quais foram utilizadas nesse trabalho como embasamento para a análise da obra *Mayombe*. São elas:

1-A tridimensão estilística do romance ligada à consciência plurilíngue que se realiza nele; 2-A transformação radical das coordenadas temporais das representações literárias no romance; 3- Uma nova área de estruturação da imagem literária no romance, justamente a área de contato máximo com o presente (contemporaneidade) no seu aspecto inacabado (BAKHTIN,1998, p.403-404).

O primeiro atributo para ser um romance, segundo as especulações de Bakhtin, é ter o plurilinguismo em sua construção estilística. O plurilinguismo, como o próprio nome já diz, significa a diversidade linguística que molda o mundo e, nesse caso, que também esculpe o romance. Sabe-se que até o século XVIII, era desejável que as obras literárias fossem mantidas em um modelo estrutural imóvel, assim, as línguas integrantes fundamentais dessas produções também seguiam uma referência, ou seja, também eram canonizadas. Embora as línguas sejam híbridas, a consciência dos letrados antes da ascensão do romance, detinha-se sobre as línguas puras e fechadas. De acordo com Bakhtin:

O grego clássico era sensível às ‘falas’, às épocas de linguagem, aos múltiplos dialetos literários gregos, mas a consciência criadora realizava-se nas línguas puras e fechadas sobre si próprias (ainda que fossem, de fato, híbridas). O plurilinguismo foi organizado e canonizado entre os gêneros (BAKHTIN, 1998, p.404).

À vista disso, e retomando a comparação entre as obras clássicas e o romance, percebe-se que até finais do século XVIII, a diversidade linguística que modela o mundo ficava encoberta mediante o “unilinguismo fechado e surdo” (BAKHTIN, 1998, p.405). As obras eram escritas com a linguagem literária estabelecida, canonizada, inflexível, mas após o surgimento e a ascensão do romance, tudo foi modificado. Ao contrário dos gêneros anteriores, o romance traz em sua composição estilística a diversidade linguística, já que essa diversidade é indispensável para o novo mundo. Resumidamente, essa primeira particularidade do romance, estabelecida por Bakhtin, diz respeito à transformação da linguagem literária, exigida pelo próprio contexto histórico, o qual realça cada língua existente, colocando-as em posições de destaque. Com essa modificação, “cada língua como que renasce de novo e se torna qualitativamente outra para a consciência criativa que nela se encontra” (BAKHTIN, 1998, p.404).

As outras duas singularidades do romance, que serviram como base para a análise da obra *Mayombe* nesse trabalho, surgem da comparação desse gênero com a epopeia. A transformação radical das coordenadas temporais, indica a passagem do mundo épico para o mundo moderno/ mundo romanesco, marcada pelo tempo retratado em cada obra. A epopeia, representante do mundo épico, retrata um passado absoluto, inacessível, acabado; o romance, por sua vez, como representante do mundo moderno, expressa o tempo presente, acessível, inacabado. O passado elucidado na epopeia, diz respeito à memória, pois as narrativas descrevem o mundo dos ancestrais para os seus descendentes, já no romance, as narrativas descrevem o presente daquele que fala, interconectando passado, presente e futuro, ou como Bakhtin prefere: “A experiência, o conhecimento e a prática” (Bakhtin, 1998, p. 407). Tendo em sua composição o presente inacabado e acessível, o romance produz um novo ponto de partida de orientação literária, a contemporaneidade. Esse novo ponto de partida, reitera a peculiaridade do romance de ter o presente inacabado, pois se é contemporâneo, está acontecendo agora, logo a zona de aproximação do homem com o evento inacabado que

está ocorrendo, rompe a distância épica, caracterizando o mundo moderno. Em outras palavras, a contemporaneidade explícita nas narrativas do gênero romance, deve-se ao fato dele representar eventos do presente, que ainda não chegaram ao fim e que podem ser analisados de acordo com a experiência/passado ou pensando na prática/futuro.

Em síntese, a expressão: mundo moderno, auxilia na recapitulação das três particularidades do gênero romance expostas acima. Afinal, a reflexão sobre essa expressão conduz, provavelmente, a reflexões relacionadas à globalização, à mobilidade dos sujeitos, ao presente transitório, etc. e, assim, relembra aos leitores a diversidade linguística ou o plurilinguismo e a contemporaneidade, marcada pela zona de aproximação do homem com o presente inacabado. Essas três particularidades, formuladas por Bakhtin, serão retomadas no capítulo III, dessa pesquisa, intitulado: “*Conflitos tribais*” em *Mayombe*, para que se possa entender como este gênero e suas idiossincrasias auxiliaram na construção de uma ideia de nação para os povos angolanos, em meio à luta das independências.

Caminhando em direção ao alvo fundamental desse trabalho, parte-se ao segundo capítulo, intitulado: *De “tribalismo” para etnia*. Haja vista que o entrelaçamento da literatura com a história é uma das bases desse estudo, centraliza-se neste próximo capítulo o esmiuçar do contexto histórico, social e político do século XIX e XX, com a finalidade de explicar como, onde, porque e quando surge a expressão “conflitos tribais”, utilizada constantemente na obra *Mayombe*, por Pepetela. Embora os assuntos desses dois capítulos transpareça um aparente distanciamento de ideias, ressalta-se que a necessidade de detalhar tanto o gênero romance, quanto o contexto histórico em que emerge os “conflitos tribais”, não permitiu desenrolá-los de outra forma, visto que sem essas orientações, não seria possível chegar ao ápice da pesquisa.

## Capítulo 2: De “Tribalismo” para Etnia

No capítulo anterior, atribuiu-se destaque às particularidades do gênero romance e ao solo histórico do seu desenvolvimento, com o propósito de enfatizá-lo como valoroso para a história da literatura e, também para a construção desse trabalho. Como já se sabe, a análise desta pesquisa incidiu sobre o cenário acoplado à expressão “conflitos tribais”, exposta no romance *Mayombe*, portanto para que seja plausível a compreensão geral dos objetivos deste estudo, faz-se necessário investigar minuciosamente esta frase, refletindo sobre o seu surgimento e todas as problemáticas que lhe rodearam. Dessa forma, o conteúdo apresentado, nesse momento, será totalmente histórico, pois para além de uma simples noção instigante, presente em um romance, têm-se um denso contexto histórico, político e social que a sedimenta.

Com a finalidade de explorar o cenário que serviu como abrigo para a formação do termo “tribal”, esse capítulo foi dividido em seis etapas, tendo como ponto de partida a exibição de alguns trechos do romance que contém essa palavra e, como ponto de chegada o reviver de uma África “selvagem”, evidenciando a retomada das características “primitivas” elencadas ao continente africano no período colonial e/ou imperial, mesmo após a substituição do termo “tribo” por etnia, no século XX. De maneira geral, duas perguntas orientaram o desenvolver desse capítulo: 1- O que significa “tribal”? 2- Esses “conflitos tribais” serviram como obstáculos para a conquista da independência de Angola? Mantendo-as como foco e fazendo uso dos advérbios interrogativos: onde, quando, como e porque, esforçou-se para respondê-las.

### 2.1. Pepetela e a expressão “conflitos tribais”

O romance *Mayombe* (1980), escrito por Arthur Carlos Maurício Pestana dos Santos, cujo codinome é Pepetela, revela ao leitor um possível empecilho para a tão sonhada conformação da nação angolana, unida e livre das mãos dos europeus. Após uma leitura criteriosa da obra, percebe-se que a expressão “conflitos tribais” se torna recorrente em suas narrativas, despertando a atenção do leitor e conseqüentemente levando a questionamentos um tanto complexos, os quais nos direcionam a uma busca para além das páginas do romance.

Na primeira página do capítulo III do romance em estudo, já se pode observar a presença da expressão “conflitos tribais”:

O comissário corria constantemente dum sítio para o outro, resolvendo os litígios que se multiplicavam. Vários guerrilheiros ameaçaram mesmo desertar, mas ficaram-se nas palavras. Mais uns dias e as deserções seriam reais. Sem Medo dissera ao Comissário para evitar dar castigos em caso de conflitos tribais, pois a fome acentuava o nervosismo e o tribalismo (PEPETELA, 1980, p.125).

A expressão foi utilizada nesse trecho para demarcar uma possível desordem em meio aos combatentes da guerra, ocasionada, principalmente, pela falta de alimentação. Segundo o Comandante Sem Medo, “a fome acentuava o nervosismo e o tribalismo”, logo, estando sem recursos para combater a fome que causava a instabilidade emocional nos guerrilheiros, o mínimo a fazer era agir naturalmente, não punindo aqueles que se envolvessem em “conflitos tribais”.

Continuando a leitura, encontra-se a seguinte afirmação do Comandante Sem Medo: “-Se soubesses como estou cagando para esse prestígio tribal! Se não o faço, não é por isso!” (PEPETELA, 1980, p.131). Esse posicionamento de Sem Medo, ao mesmo tempo em que indica sua firmeza diante dos “conflitos tribais”, transmite uma sensação de insegurança, marcada pela sentença: “Se não o faço, não é por isso!”, a qual não possui um sentido completo, presumindo uma falta de argumentação enraizada.

À vista disso e, tendo escolhido o capítulo *Ondina* enquanto instrumento analítico para esta pesquisa, dois intensos questionamentos fomentam a construção dessa parte de nosso trabalho, os quais já foram expostos na introdução deste capítulo.

A escolha do capítulo *Ondina*, o qual compõe a terceira parte do romance *Mayombe*, foi impulsionada por dois motivos especiais: por expor a situação “descontrolada” da guerrilha, retratada pela fome, cansaço e a desilusão, tanto no âmbito pessoal (traição de André para com o Comissário), quanto no tocante ao sonho da independência nacional e, por ser um dos capítulos em que Pepetela notabiliza os atritos “tribais”. Resumidamente, a narrativa que esculpe essa parte da obra, descreve o ápice das dificuldades internas à guerrilha. Cansados e aborrecidos por terem enfrentado dias sem dormir e sem se alimentar devidamente, os combatentes já tinham perdido a esperança da vitória. Aliado a esses problemas, o relacionamento entre André e Ondina (noiva do Comissário João) desestabilizou ainda mais a base, acentuando as diferenças entre as “tribos”, já que “André era Kikongo e Ondina noiva dum Kimbundo” (PEPETELA, 1980, p.135).

A acentuação das diferenças, provocada pela traição do Camarada André para com o Comissário João, desemburrou uma série de ideologias homogêneas e negativas, as quais o Comandante Sem Medo tenta a todo tempo silenciar. Essas ideologias, realçam o caráter de pensar o “outro”, aquele que pertence à outra “tribo”, “sob formas classificatórias hierarquizantes, dentro do poder de ‘nomeação’ nas mãos do poder e da ‘ciência’ coloniais” (MUNANGA, 2004, p.26). Isso posto, certifica-se o quanto é necessária a explicação dos termos “tribo” e “tribais”, recorrentes nas narrativas do romance *Mayombe*, para a devida compreensão desse trabalho. Além disso, por ser um termo banido das ciências sociais há algum tempo, teve-se um cuidado diante de sua explicação e sua crise conceitual histórica (ápice-ruína-novo termo/etnia), com o intuito de explicitar que a escolha da expressão foi sedimentada pelo momento histórico.

Partindo do pressuposto de que o termo “tribal”, utilizado no romance *Mayombe* por Pepetela, foi substituído em meados do século XX, pelo termo etnia, faz-se necessário narrar um pouco da história dessa substituição de conceitos, com o intuito de conceber aos questionamentos expostos acima algumas tentativas de respostas. Desse modo, analisam-se os contextos sócio-históricos que propiciaram e/ou nutriram esses vocábulos, assim como contribuíram para a formação da expressão “conflitos tribais”, a qual brota entre as narrativas da obra em questão.

## 2.2. A história do termo “tribal”/ “tribo”

O termo “tribo” foi implantado na antropologia pelo antropólogo, etnólogo e escritor estadunidense Lewis Henry Morgan, em 1871. Morgan, considerado um dos pais da antropologia, chegou à definição do termo “tribo” após realizar diversos estudos em ditas “tribos” norte-americanas. Conforme a sua tese principal sobre a evolução cultural do homem, baseada nas distintas organizações sociais das coletividades, acreditava-se que o homem se desenvolvia em três etapas: “selvageria”, “barbárie” e a “civilização”, respectivamente. Dentre essas três fases do desenvolvimento humano, o termo “tribo” representava o segundo estágio, quando o homem, distanciando-se do momento “selvagem” e estancando a um passo da “civilização”, representada pela formação do Estado. Para ilustrar a exposição acima, cita-se: “A ‘tribo’ era característica do segundo estágio, a ‘barbárie’, sucedendo à horda primitiva do estágio da selvageria e antecedendo o ‘Estado’, identidade política da ‘civilização’” (FIGUEIREDO, 2012, p. 56).

No tocante aos dois primeiros momentos da evolução do homem em suas específicas organizações sociais, evidenciados por Morgan, nota-se que não há um grande rompimento ou progressão de um estágio para o outro, pois os termos “selvageria” e “barbárie” que os designam refletem situações quase sinônimas. Em outras palavras e, pensando especificadamente no solo histórico dos países do continente africano no século XIX, os quais se encontravam subjugados pelas potências imperiais, a titulação de selvagens ou bárbaros comportava nada mais do que a ideia da inferioridade prescrita pelos ditos “superiores”. Além disso, essas nomeações de cunho hierárquico pleiteavam o sustento do imperialismo e, conseqüentemente, do colonialismo, os quais conforme Said:

São sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos *precisam* e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como ‘raças servis’ ou ‘inferiores’, ‘povos subordinados’, ‘dependência’, ‘expansão’ e ‘autoridade’. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais (SAID, 2011, p.43).

Levando em consideração que o domínio de um povo sobre outro necessita de estratégias plausíveis para ser consolidado, e refletindo sobre a comparação entre os países europeus e o continente africano (séc. XIX) pode-se afirmar que a principal técnica dos povos europeus, fadados de poder, “bondade” e regidos por um Estado – marca da civilização – para a tomada de territórios em África, foi pautada pela potente formação ideológica que declarava a necessidade da dominação de alguns povos a outros, diante de suas próprias súplicas. Dessa maneira e, fazendo uso de vocabulários pertencentes à cultura imperial, atribuiu-se ao continente africano a inferioridade natural, assinalada pela “selvageria” dos seus povos, os quais reagem às “bondades” dos “superiores”, mesmo após terem suplicado por “ajuda”.

Assim sendo, têm-se dois cenários distintos, qualificados pelas grandes potências, a partir das diferenças culturais e políticas, já que “as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências

imperiais” (SAID, 2011, p.43). De um lado estava a Europa, munida de poder e de vontade de estender os seus territórios, levando a “civilização” até as demais partes do mundo. De outro a África, repleta de atos “selvagens” e sem nenhuma marca de ordem estatal. Ora, se eram as potências quem discursavam a respeito dos territórios que queriam dominar, obviamente colocavam-se em um patamar superior semeando o solo a seu favor, contudo, a concretização das suas vontades não foi tão fácil como a força do discurso que produziam.

Retomando a tese de Morgan e pensando nos dois cenários distintos criados pelas potências europeias, defende-se a afirmação de que o desenvolvimento do homem se divide, basicamente, em duas etapas: barbárie/ “tribo” e Estado. De acordo com Figueiredo: “A verdadeira ruptura estava no surgimento do Estado” (FIGUEIREDO, 2012, p. 56), logo, ruminando sobre as particularidades sedimentadas pelo contexto histórico, político e social do século XIX, chega-se à conclusão de que para além de fixar estágios evolutivos do homem, essa tese interessava-se em disseminar a divisão entre: “superiores” e “inferiores”; “selvagens” e “civilizados”; Estado e “tribos”, contribuindo para o discurso medíocre que proliferava a necessidade da subjugação, suplicada por alguns povos, os ditos “tribais”.

A barbárie era retratada por sociedades que mantinham a organização social em “tribos”, caracterizadas por ser “uma forma de organização social segmentada em grupos de parentesco menores, cada um conformando um ‘clã’ ou *gênos*” (FIGUEIREDO, 2012, p.56). Nesse sentido, o que classificava as sociedades em “tribais”, conforme a tese de Morgan, era o fato de estarem embutidas em laços de parentesco, provenientes da crença em um ancestral comum. Já o Estado, ao contrário da barbárie/ “tribo”, era assinalado pela ordem provinda de um poder central sobre os membros de uma sociedade. Dessa maneira, a diferença entre as sociedades “tribais” e as sociedades regidas por uma identidade política, analisadas a partir do olhar eurocêntrico, recaía sobre as distinções culturais e organizacionais de cada uma.

Em síntese, a nomenclatura “tribo” foi atribuída aos denominados povos bárbaros e/ou “selvagens”, enfatizando-os como destituídos de Estado e conseqüentemente de civilização. Inversamente a essa situação, tem-se os povos civilizados, regidos pela identidade política e vivendo encravados em ordens. Importante enfatizar que esse discurso foi produzido a partir do olhar do europeu sob os povos que habitavam nas terras a serem dominadas, por isso, a identidade criada para o

continente africano, nesse caso, foi tão simplista e generalizada, associando-os às características mais “negativas” possíveis.

### 2.3. Exteriorizando o contexto histórico, social e político do século XIX

O século XIX, intitulado por Said, como o “apogeu da ‘ascensão do Ocidente’” (SAID, 2011, p. 40), foi marcado por uma série de mudanças históricas, sociais, políticas e culturais, derivadas do continente europeu para o mundo. O impulso para essas mudanças, as quais estavam interligadas, principalmente, à questão econômica de cada país, iniciou-se com a I Revolução Industrial (1760-1860), limitada à Inglaterra, por ter sido a pioneira na implantação da indústria de tecidos de algodão e posteriormente da máquina a vapor.

A industrialização da Inglaterra, iniciada no século XVIII, apenas assinalava as alterações que dominariam a Europa e alguns outros países a partir do florescer do século XIX, mais precisamente após a II Revolução Industrial, em 1860. A partir desse marco histórico, internaliza-se o capitalismo industrial e, com ele, os seus dois objetivos bases, que são: a livre concorrência mercantil e a atividade industrial. Tendo em vista que o intuito do sistema capitalista é o lucro, as potências europeias, assim como os Estados Unidos e o Japão, continuavam fortemente as suas industrializações, obstinados em produzir cada vez mais e, conseqüentemente, aumentar o acúmulo financeiro.

A produção acirrada dessas grandes potências no século XIX contribuiu para a fabricação de produtos excedentes, provocando um mal-estar na relação entre produção e consumo no continente europeu, afinal a quantidade de mercadorias superava de pessoas que tinham condições financeiras para comprá-las. Ao mesmo tempo em que essa situação freava a comercialização interna, favorecia a estratégia de comércio externo, já que se fazia necessária a busca por mercado consumidor. Portanto, aproveitando-se da situação, as potências iniciam a caça a novos mercados consumidores, de preferência que contribuíssem também com mão-de-obra barata e extração de matéria-prima. Vale ressaltar que, para além da produção acirrada, as grandes potências, desde o início do século XIX, já tinham iniciado a busca por extensão territorial, conforme aponta Said: “Considere-se que, em 1800, as potências ocidentais reivindicavam 55%, mas na verdade detinham 35% da superfície do globo, e em 1878 essa proporção atingiu 67%, numa taxa de crescimento de cerca de 220 mil quilômetros quadrados por ano” (SAID, 2011, p.40). Como consequência dessa extensão territorial em larga escala, instaurou-se o combate entre as próprias potências.

Aos olhos de grandes potências como Europa, Estados Unidos e Japão os países do continente africano e do continente asiático brilharam como a perfeição. Entretanto, por comportar os três principais recursos para a manutenção do sistema capitalista, quais sejam: mercado consumidor aliado à extensão de territórios, matérias-primas e mão-de-obra barata, o continente africano foi o mais cobiçado. Assim sendo, iniciou-se o processo de dominação estrangeira em África. Contudo, a ambição derivada do lucro não permitiu que as potências definissem os seus lugares no continente africano sem uma pauta formal, ou seja, sem estabelecer as regras de dominação através de um acordo entre todas. Dessa maneira, em novembro de 1884, reunidos sob a presidência de Bismark na Alemanha, as potências França, Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega e Turquia definiram a partilha da África, na intitulada Conferência de Berlim. O principal intuito dessa conferência, entre as potências do século XIX, era justamente de “estabelecer as melhores condições para o favorecimento do comércio e da ‘civilização em certas regiões da África’, assim como assegurar a todos os povos a livre navegação nos dois principais rios africanos que desaguam no oceano Atlântico, o Congo e o Níger” (ASSUMPÇÃO, 2008, p.82).

A Conferência de Berlim estendeu-se até fevereiro de 1885, quando, finalmente, foram legitimadas e definidas as fronteiras coloniais no continente africano. De acordo com Assumpção: “O mundo em geral e a África em particular tornaram-se vítimas do imperialismo europeu” (ASSUMPÇÃO, 2008, p.81), uma vez que a hegemonia das potências europeias se alastrou diante do continente africano e do mundo.

Movidos pelo desejo de estender seus territórios, mas, também, de “civilizar” algumas regiões da África, os imperialistas fizeram do discurso uma poderosa arma ideológica para alcançar seus objetivos. Antes de tudo, realça-se a definição do termo imperialismo, defendida por Said: “Num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros. Por inúmeras razões, elas atraem algumas pessoas e muitas vezes trazem uma miséria indescritível para outras” (SAID, 2011, p.39). Em vista disso e, resgatando o desenvolvimento do termo “tribo” (1871), descrito anteriormente, atesta-se o quanto o contexto histórico do século XIX, a era do imperialismo europeu e sucessivamente do colonialismo, subsidiou a definição desse conceito.

A palavra imperialismo reveste-se de controle e dominação de um Estado sobre outro, logo, tratando-se de dominação, haverá sempre a complexa relação entre dominador e dominado. Pensando nessa relação e lembrando que de um lado estava a Europa, uma das maiores potências imperiais do século XIX e, de outro a África, o continente a ser dominado, não se poderia esperar pela utilização de um discurso, assim como de termos/conceitos, que exaltassem alguma particularidade positiva da futura colônia, visto que a dominação e subjugação de alguns povos tinha que ser, de certa maneira, justificada. Daí a origem da ideia que sustenta a “superioridade da civilização ocidental sobre as demais, o valor supremo das humanidades ocidentais [...] a inferioridade (e a ameaça) essencial do não ocidental” (SAID, 2011, p.53).

A primeira justificativa implantada pelos colonizadores foi sustentada pela comparação entre as organizações políticas e sociais de cada sociedade. A Europa, desenvolvida e industrializada, tinha um Estado como poder central e controlador dos habitantes locais, enquanto a África detinha uma organização política e social, porém não representada pela figura central de um Estado. Diante disso, os imperialistas construíram a ideologia homogênea e simplista que atribui ao continente africano a característica de “não civilizados” e conseqüentemente “tribais”, primitivos. Para além dessa imagem, também potencializaram a ideia de uma África dotada de povos “selvagens”, os quais reagem por instinto ao se sentirem ameaçados pela “ajuda” dos europeus. Essas ideologias, formadas a partir do olhar do “estrangeiro”, ou seja, natural de outro país e conseqüentemente conhecedor de outra(s) cultura(s), salientam a definição da prática do domínio imperialista expressa por Cabral, no seguinte trecho: “a prática do domínio imperialista, como qualquer outro domínio estrangeiro, exige, como fator de segurança, a opressão cultural e a tentativa de liquidação, directa ou indirecta, dos dados essenciais da cultura do povo dominado” (CABRAL, 1978, p. 224). Portanto, a qualificação dos povos do continente africano enquanto “tribais”, “selvagens” e “inferiores” foi nada menos que uma estratégia de domínio imperial, pautada pelo comprometimento com o lucro e o poder soberanos.

Em suma, o que impulsionou o desenvolvimento dos conceitos binários: “tribos” *versus* Estado, “selvagens” e “civilizados”, “superiores” e “inferiores”, assim como as imagens eurocêntricas que ainda permanecem sobre o continente africano, foi a necessidade ligada à avidez econômica naquele momento histórico. No entanto, longe de querer apoiar as estratégias utilizadas pelas potências imperiais no século XIX tem-se

o desejo de aquecer um novo pensamento sobre o continente africano, dissolvendo a forte ideia da África sempre associada às idiosincrasias correspondentes aos termos “tribo” / “tribalismo”.

#### 2.4. Debates e embates entre os séculos XIX-XX

Na tentativa de explorar ainda mais o manuseio do termo “tribo” expõem-se alguns pensamentos, debates e embates que floresceram a esse respeito durante os séculos XIX e XX. Acentuando os dois momentos históricos mais relevantes desses séculos: Imperialismo (Séc. XIX) e a II Guerra Mundial (Séc. XX), e estratificando os discursos ideológicos que os comportam, traça-se o caminho da ascensão à ruína do termo “tribo”.

Essencialmente, o século XIX foi desenhado pelo poder das potências imperiais, as quais eram comprometidas com o lucro, mas também com a chamada “civilização” das sociedades “tribais”. Assim, como vimos, a partilha da África entre as grandes potências europeias (1884-1885) se deu sem ao menos pensar nas organizações sociais, políticas e culturais já existentes no continente. A ideia de “civilizar”, anexada aos objetivos da Conferência de Berlim, foi fundamentada pelas diferenças culturais e políticas entre as potências europeias e a África, advogadas pelos “estudiosos, administradores, viajantes, comerciantes, parlamentares, exportadores, romancistas, teóricos, especuladores, aventureiros, visionários, poetas, párias e desajustados de toda espécie metropolitana” (SAID, 2011, p.42), que contribuía com o argumento estratégico que afirmava a necessidade da evolução dos bárbaros junto à chegada dos imperialistas. Recapitulando a tese do antropólogo Lewis Henry Morgan, bem como a definição do termo “tribo”, deve-se lembrar que a qualificação dos povos em bárbaros era prescrita pela ausência de um poder central – Estado, o que fazia do continente africano um berço do “tribalismo”, quando comparado às grandes potências.

A dicotomia entre “tribo” e Estado, incitava o debate que vinha se articulando desde o século XVIII a respeito das nacionalidades, como descreve Figueiredo:

A ‘nação’ havia invadido e conquistado a arena do debate político ao longo do século XVIII, com as formulações complementares do filósofo alemão Gottfried Herder e do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau, as quais conferiram à noção respectivamente uma dimensão

de homogeneidade histórica e cultural herdada (concentrada no *Volksgeist*) e uma dimensão de laço político livremente consentido (expressa pela *Volonté générale*) (FIGUEIREDO, 2012, p. 44).

Com base nessa descrição, pode-se observar que a imagem de nação, a qual vigorava no século XVIII, era alicerçada pela capacidade política inata de alguns povos (aqueles que a herdavam), de caminhar em prol da vontade geral, legitimada pela presença da figura política de um Estado. Associando esse discurso ao cenário histórico do século XVIII, rememoram-se as duas Revoluções: Industrial (1760) e Francesa (1789), com o intuito de elucidar que a ânsia de definir a nação, objetivamente, foi impulsionada pelas mudanças econômicas, políticas e sociais sofridas pelas potências (Inglaterra e França, nesse caso), as quais por possuir um povo com a natureza política “histórica e cultural herdada” (FIGUEIREDO, 2012, p. 44), caminhavam para a consolidação daqueles Estados. Contudo, sublinha-se que “durante muito tempo, não se estabeleceu qualquer distinção entre as populações europeias e as tribos do resto do mundo que eram designadas pelo termo de nação” (AMSELLE, 1992, p. 141), essas divergências de títulos ocorreram em paralelo às transformações das potências europeias, iniciadas no final do século XVIII.

Haja vista que a definição de nação, nesse momento, estava articulada a povos que herdavam o espírito nacionalista e, por conseguinte, que nasciam predestinados “ao laço político livremente consentido” (FIGUEIREDO, 2012, p.44), a passagem de um século ao outro energizava a busca por uma conceituação delimitada da palavra ‘nação’, afinal essa interpretação inaugural, ao mesmo tempo em que limitava aqueles que a mereciam receber, não a restringia somente à Europa, o que era a verdadeira pretensão do termo.

A abertura do século XIX foi marcada, peculiarmente, pela divisão entre aqueles que eram a favor do nacionalismo e usavam de argumentos para justificá-lo e os que eram contra e abusavam de argumentos para condená-lo. Segundo Figueiredo:

Os historiadores assumiram uma posição destacada nesse ponto, uma vez que a reivindicação de controle sobre um Estado e sobre um território específico dependia da comprovação da historicidade da ‘nação’ em nome da qual essa reivindicação era anunciada. Essa dependência foi refletida por exemplo na distinção entre nações

‘históricas’ e ‘não-históricas’, enunciada pelo filósofo alemão Georg W. F. Hegel e recuperada por Karl Marx e Friedrich Engels, para quem a nação era a forma política típica da superação do feudalismo pelo capitalismo na Europa (FIGUEIREDO, 2012, p. 44).

Levando em consideração a nomeação de nações ‘históricas’ e ‘não-históricas’, diante do momento imperial do século XIX, pode-se deduzir a quem e a quais povos foram atribuídas cada designação. A Europa, que já vinha do sistema feudal e adentrava ao sistema capitalista, comprovava sua história perante a presença de um Estado, em contrapartida, a África, exportadora de homens escravos e mão-de-obra barata durante muito tempo, sendo portadora de uma organização social sem Estado, não apresentava nenhuma comprovação de história. Desse modo, nasceu o termo “tribo” (1871), para retratar os aspectos das sociedades não ocidentais, mais especificadamente a África, qualificando-as em nações “não-históricas”, “não civilizadas” e “inferiores”. De acordo com Amselle:

A ideia segundo a qual existe uma hierarquia entre sociedades ocupando posições vizinhas no espaço não é uma ideia nova. Assim, os Gregos opunham *ethnê* (singular, *ethnos*) e polis (<<cidade>>). As sociedades de cultura grega, mas às quais <<faltava>> a organização em cidades-estados, eram *ethnê*. A etnologia tomada à letra seria portanto uma ciência das sociedades <<a-políticas>> e desprovidas nessa qualidade da qualidade de sujeitos da sua própria história (AMSELLE, 1992, p. 141).

Nesse caso, nota-se que a oposição entre “tribo” e “nação”, foi resgatada da Grécia Antiga, para compor o cenário do século XIX, reconstruindo a ideia de hierarquia entre as sociedades, assentada na comparação entre as qualidades e os “defeitos” de cada uma, e comprovando a necessidade de submissão dos “não civilizados” pelos “civilizados”. Vale ressaltar que por conta desse debate ideológico, a África permaneceu durante muito tempo, conhecida como uma sociedade sem história, “a-política” e primitiva, até a chegada dos europeus, os “salvadores”.

Embora já se presenciasse reproduções do que seria uma nação, as argumentações e os embates sobre o tema ainda continuavam a nutrir o século XX. Conquanto as noções sempre se atrelavam à soberania de um povo sobre o outro, seja de cunho social, cultural, político, histórico ou econômico. Desse modo, o anseio desse

século, não muito diferente dos anteriores, pesava sobre uma limitação viável da palavra nação, “que permitisse identificar as sociedades que podiam ostentar essa prestigiosa qualificação” (FIGUEIREDO, 2012, p.44). Nesse período o sociólogo francês Marcel Mauss contribuiu significativamente com uma explanação a respeito do tema debatido, ressaltando a necessidade de se comparar os sistemas de organização políticos espalhados pelo mundo, para que fosse dado somente aos que merecessem o título de nação- povo regido por um Estado soberano. Essa definição manteve-se em alta até a II Guerra Mundial (1939-1945), quando as atrocidades do governo nazista alemão foram justificadas com princípios nacionalistas, conforme narra Figueiredo:

O consenso em torno do que valia a nação foi obviamente abalado (embora não abandonado) com a Segunda Guerra Mundial, uma vez que as pretensões territoriais do governo nazista alemão e, já durante a guerra, as práticas de *Nacht Und Nebel* (assassinatos em massa e transplantação forçada de populações) foram justificadas amplamente com base em princípios nacionalistas (FIGUEIREDO, 2012, p.45).

A Alemanha, com “sede de vingança” pela situação que sofreu com o Tratado de Versalhes, assinado após a I Guerra Mundial, utilizou-se do nacionalismo, ou seja, amor pela nação, para dar início a uma das guerras mais sangrentas do mundo. Essa postura abalou o conceito de nação, o qual presumia a superioridade de alguns povos portadores de “civilização”, pelo fato de suas ações os colocarem no mesmo patamar, que os considerados “tribais”, “selvagens”, os quais costumavam reagir por instinto. Ao fim da II Guerra Mundial, observou-se também o fim do imperialismo, o que provocou transformações tanto no contexto mundial, quanto nas “potentes formações ideológicas” (SAID, 2011, p.43) sedimentadas durante essa fase. Além da crise do conceito “nação”, teve-se a crise do termo “tribo”, o qual após ser fortemente criticado por estudiosos e pesquisadores, pelos aspectos depreciativos que carregava, acabou sendo banido das ciências sociais, cedendo espaço ao termo ‘etnia’.

## 2.5. De “tribos” a grupos étnicos: Etnia e suas particularidades

O fim da II Guerra Mundial (1945) engendrou mudanças significativas para o mundo inteiro, mas, dentre todas as modificações provocadas por esse marco histórico, confere-se maior atenção à alcançada pelo continente africano. Embora Angola fosse

considerada uma nação “não-histórica” e, por conseguinte, predestinada a subjugação diante os colonizadores, os seus povos sempre demonstraram reações de escape às situações horrendas que passavam. Contudo, em face da conjuntura da época, essas resistências acabaram servindo de subsídios para a idealização de uma natureza “selvagem” e “primitiva” dos povos daquele lugar, arquitetada pelos europeus. As características depreciativas cedidas ao continente pelo olhar e desejo dos “estrangeiros” reproduziam a imagem de um local habitado por “tribos” selvagens, incontroláveis e homogêneas, as quais resistiam à presença do colonizador, mesmo sabendo que as suas intenções eram as mais ‘interessantes’ possíveis.

O termo “tribo” permaneceu enquanto idiossincrasia dos habitantes do continente africano até meados do século XX, mais precisamente após o fim do imperialismo, quando as potências entraram em declínio e perderam a força sobre o discurso que produziam. Nesse momento, de acordo com Cabral: “Os povos oprimidos da África, da Ásia e da América Latina, são necessariamente chamados a desempenhar um papel decisivo na luta pela liquidação do sistema imperialista mundial, de que são as principais vítimas” (CABRAL, 1978, p.220). Assim sendo, a África iniciou a busca pela legitimação da sua autonomia, reerguendo e exaltando as suas qualidades e, levantando-se rumo à independência. Vale ressaltar que esse processo de (re)construção de autonomia em África, mais especificadamente em Angola, além de lento, também não foi tão simples quanto está descrito.

As primeiras organizações políticas no continente brotaram com a derradeira guerra e demonstraram a energia, talvez nacionalista, que dominava os corações daquelas populações. Preparando-se para as independências, as formações políticas serviram-se da literatura e das etnografias, produzidas desde início do século XX, para exteriorizar a força intensa que as encabeçavam. Dotados dessa aspiração, dezessete países do continente africano conquistaram suas independências em 1960, comprovando o quanto eram capazes de se organizar politicamente, mesmo sem a presença de um Estado soberano. De acordo com Figueiredo: “1960 [...] ficou conhecido na literatura política e acadêmica como o ‘ano da África’: entre janeiro e dezembro, nada menos que dezessete países tornaram-se independentes, seguidos de outros doze nos cinco anos seguintes” (FIGUEIREDO, 2012, p. 26). Diante das mobilizações políticas que se propagavam no continente, percebeu-se o quanto o termo “tribo” não era adequado ao mundo cultural daqueles povos, logo se instaurou a busca por um novo termo, que

marcasse a evolução e o real estágio evolutivo cultural e histórico das populações. Mediante esse debate, instaurou-se na África, nesse mesmo ano, o conceito de etnia e etnicidade, rompendo parcialmente com os julgamentos homogêneos provindos do antigo termo “tribo”.

O termo etnia foi introduzido nas ciências sociais no século XIX pelo antropólogo francês Vacher de Lapouge para demarcar a diferença entre o conceito de raça, nação e grupos étnicos na França. Conforme afirmam Poutignat e Streiff-Fenart: “Se Vacher de Lapouge, inventa o vocábulo etnia é, afirma ele para prevenir um ‘erro’ que consiste em confundir a raça [...] com um modo de agrupamento formado a partir de laços intelectuais, como a cultura ou a língua” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p.34). No entanto, para muitos cientistas políticos o surgimento desse conceito não foi entendido como importante, pois a palavra “tribo” representava melhor os interesses das demais potências imperiais, visto que as engrandeciam diante dos autóctones, isto é, o conceito não havia adentrado nas discussões teóricas.

Haja vista que o conceito de etnia já existia e pautava uma designação referente a grupos formados a partir de laços intelectuais, implantá-lo na antropologia e torná-lo importante no século XX foi bem mais fácil para os antropólogos africanistas do que se dar ao trabalho de criar outra nomeação para descrever as circunstâncias. Todavia, cabe ressaltar que a homogênea e simplista interpretação dos grupos étnicos por Lapouge, teve de ser reformulada e acrescida para dar conta do novo cenário mundial. Diversos estudiosos, principalmente os antropólogos, tentavam requalificar os grupos étnicos a partir de novas abordagens etnográficas, mas a dificuldade de aplicar as teorias à prática, os deixavam sem argumentos sólidos. Segundo Figueiredo:

As renovadas e fracassadas tentativas de estabelecer uma noção substantiva e objetiva do grupo étnico não fizeram mais que tornar patentes uma série de pressupostos, denunciados por Edmund Leach, a partir de meados da década de 1950, e na década seguinte por Michael Moerman e Fredrik Barth (FIGUEIREDO,2012, p.60).

Em meio a esses pressupostos, propostos em 1950-1960, por grandes antropólogos, destacam-se as denúncias realizadas por Fredrik Barth, as quais notabilizaram o quão errado permanecia a definição de grupos étnicos na antropologia

social e africanista. Para a bibliografia antropológica, eram entendidos de grupos étnicos aqueles que possuem quatro propriedades básicas:

- 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo,
- 2 compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
- 3 constitui um campo de comunicação e de interação,
- 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo (BARTH, 2011, p. 191)<sup>1</sup>.

À vista disso, pode-se afirmar que “tribo” e etnia permaneceram enquanto sinônimos até finais da década de 1960, dado que os dois termos serviam para classificar as sociedades não ocidentais em: grupos homogêneos que partilhavam a mesma cultura (língua, território, costumes, etc.) e, sucessivamente que viviam isolados em seu habitat natural. Não obstante, partindo desses quesitos, Barth reformulou-os de acordo com as situações empíricas narradas em suas etnografias, delineando um novo momento teórico e intelectual para a antropologia.

A primeira ingenuidade sobre os grupos étnicos, rompida por Barth, foi a de que esses partilhavam uma cultura em comum. Conforme suas análises, Fredrik Barth, afirma que: “É inadequado encarar formas institucionais manifestas como constituintes de traços culturais que em qualquer tempo distinguem um grupo étnico- estas formas manifestas são determinadas tanto pela ecologia quanto pela cultura transmitida” (BARTH, 2011, p. 192-193). Percebe-se, a partir dessa explanação, que as características culturais manifestas de um grupo étnico estão muito mais interligadas à relação dos seres vivos com o meio ambiente, ou seja, as suas adaptações, do que conectadas a uma herança cultural. Obviamente, as particularidades de cada grupo tornam-se importantes para as demarcações das fronteiras interétnicas, mas elas não devem ser consideradas enquanto base formadora desses grupos, dado que o tempo e o espaço as podem modificar. Na verdade, o que preocupava Barth era o fato de que os antropólogos analisavam e definiam as etnias a partir de laços culturais aparentes, identificados em seus trabalhos de campo, não se inquietando com a real importância

---

<sup>1</sup> Esse texto é a introdução de uma obra coletiva dirigida por F.Barth: *Teorias da Etnicidade*.Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969.

desses aspectos culturais para os integrantes dos grupos. Aos olhos de Barth: “precisamos de um ponto de vista que não confunda os efeitos das condições ecológicas sobre o comportamento com os da tradição cultural, mas que permita que se separem esses tais fatores e se investiguem os componentes ecológicos, culturais e sociais criadores da diversidade” (BARTH, 2011, p.193). Resumidamente, o que estava sendo proposto, instigava um novo olhar antropológico para com as abordagens culturais dos grupos étnicos, posto que defini-los com base nos traços culturais aparentes, não permitia o rompimento do olhar hierarquizante que persistia em classificá-los como grupos primitivos e homogêneos, retomando a designação do termo “tribo”.

A luta travada por Barth e outros antropólogos, a partir da década de 1950, professava as irregularidades do raciocínio antropológico para com as designações dos termos ‘etnia’ e ‘etnicidade’. O cenário histórico suplicava por um termo que se adequasse, de fato, as transformações das consideradas sociedades “tribais”, porém os discursos proliferados durante tempos ainda vetavam uma perspectiva mais minuciosa e cuidadosa a respeito das sociedades que ainda não recebiam o título de nações. Prosseguindo com as declarações de Fredrik Barth destaca-se mais uma, considerada de suma importância para o novo horizonte das ciências antropológicas, edificado (mas não concluído) desde meados do século XX.

Conservava-se uma imagem de grupos étnicos geograficamente delineados, cada um contido em um espaço específico e mantendo interação somente entre os seus integrantes. Essa visão, para alguns antropólogos, era o que mantinha as culturas de cada tribo ou povo erguidas, conquanto o conhecimento empírico de Barth, mais uma vez, comprovou a ingenuidade dessa percepção. Em conformidade com as suas declarações, percebe-se que são justamente as fronteiras étnicas que mantêm vivas as culturas de cada povo, pois as identidades são construídas em meio às diferenças entre “nós” e os “outros”. Segundo Fredrik Barth: “as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação” (BARTH, 2011, p.188) logo, independente da circulação de pessoas, as suas identificações étnicas e/ou o senso de pertencimento permanecem estáveis. Diante dessa certificação, despedaça-se a ilustração de grupos étnicos delimitados a um espaço e a um conjunto de traços culturais específicos, passando a se enxergar a real complexidade das consideradas sociedades primitivas e/ou étnicas.

As contestações que fluíam desde os anos 1960 a respeito do significado de grupos étnicos e suas propriedades culturais, políticas, históricas e sociais, caminhavam em prol de decretar uma descrição geral mais flexível e heterogênea, sobre esses grupos. Mesmo que tenha sido um longo caminho não linear, como os percorridos pelos teóricos do século XIX (debate sobre nação), pode-se citar um benefício nesse novo horizonte intelectual: “a noção de etnicidade como um recurso mobilizável por atores políticos, e não como um mal atávico” (FIGUEIREDO, 2012, p.58). Assim sendo, desmitifica-se (por pouco tempo) a reputação da África, enquanto o único continente portador de etnias e, por consequência, rico em atitudes instintivas e/ou “selvagens” inatas aos seus povos. Apesar disso, a luta para o esfacelamento dos discursos eurocêntricos sobre o continente africano e suas populações não chegou ao fim, pois a problemática das etnicidades perante a consolidação dos Estados-Nação, permitiu a retomada de discursos associados à “selvageria” e ao “tribalismo” pelos apoios políticos internacionais.

## 2.6. O reviver de uma África “selvagem”: Angola rumo à independência

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), os Estados Unidos e a União Soviética tornaram-se as duas novas potências mundiais, por conta das vitórias conquistadas nos combates até então. Sendo um momento de reconstrução econômica, política e social, a nível mundial, o desejo dessas potências de estender os seus territórios, acabou ocasionando o início de uma nova guerra, intitulada Guerra Fria. Basicamente, essa guerra foi fria por não ter tido a utilização de armas militares, mas sim de poderosos discursos ideológicos e estratégicos a respeito dos sistemas capitalista (EUA) e socialista (URSS), que impulsionaram grandes conflitos em vários países do continente africano, inclusive em Angola. Conforme Figueiredo:

Por um lado, o pensamento de esquerda apontara já na década de 1910 a questão colonial como aspecto-chave da história mundial, e fornecia um instrumento teórico razoavelmente sólido que identificava a dominação colonial à evolução do capitalismo monopolista e financeiro. Por outro lado, as potências europeias, levadas depois da Segunda Guerra Mundial a defender o princípio liberal da autodeterminação dos povos, atuaram no sentido de garantir que a independência política não significasse o fim da sua hegemonia

econômica nos novos países que iam surgindo (FIGUEIREDO, 2012, p. 28).

Dessa maneira, tinha-se de um lado a União Soviética, propagando o socialismo e denegrindo o capitalismo com a proliferação da ideia de que as nações que preferissem esse sistema estariam sendo a favor do imperialismo; e, de outro lado, as potências europeias, as quais preservando o espírito do lucro acima de qualquer coisa auxiliavam nas independências dos países africanos com o intuito de manter suas hegemonias no pós-independência. Essas oposições políticas impulsionaram disputas ferrenhas entre os três partidos políticos de Angola: MPLA- Movimento Popular de Libertação de Angola, FNLA- Frente Nacional para a Libertação de Angola e, UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola, visto que germinavam divisões e divergências sobre a opinião de como seria a nação angolana independente.

Assim como os demais países do continente africano, Angola caminhava fervorosamente rumo à independência. Contudo, dois fatos inevitáveis tornavam esse caminho cada vez mais embaraçado: no primeiro momento, deve-se lembrar que Angola, enquanto pertencente do continente africano, também sofreu com o domínio imperialista e colonialista, os quais se baseavam na premissa da subjugação dos povos considerados “inferiores” em face dos “superiores”; no segundo momento, atenta-se para os apoios internacionais em prol da independência, os quais cooperavam com esse ápice importante para os grupos étnicos de Angola, pensando em seus próprios futuros, ou seja, na soberania que continuariam mantendo no país, mesmo após as independências. Partindo do pressuposto de que os resquícios do imperialismo associado à lógica dos apoios internacionais, acarretaram os conflitos entre as formações políticas que lutavam com o objetivo de conquistar a independência de Angola, analisam-se as ideologias provindas desses dois momentos históricos, com o propósito de desmitificar a ligação das etnias com as desavenças que reinavam no país.

De acordo com Figueiredo:

Em função da importância do reconhecimento político internacional e dos apoios financeiros, técnicos e eventualmente militares para o cumprimento das reivindicações nacionalistas, as diferenças e clivagens internas em cada antiga colônia tenderam a se conformar aos campos opostos da Guerra Fria (FIGUEIREDO, 2012, p.28).

Dessa forma, percebe-se que as marcas das divisões hierárquicas construídas em África pelos imperialistas foram reutilizadas pelas novas potências mundiais em meio à Guerra Fria, para que fosse possível alcançar os seus objetivos. Com o interesse de estender os seus territórios, agiram da mesma forma que no tempo imperial, ou seja, dominaram (dessa vez, mais mentalmente) os grupos étnicos angolanos, excitando os pensamentos de hierarquia e subjugação entre eles. Ora, se era um momento de reerguer o país e o consolidá-lo enquanto nação independente, com certeza, os ânimos estavam à flor da pele. Então, aproveitando-se da energia que impregnava os espíritos daquelas populações, as novas potências: Estados Unidos e União Soviética, apenas reascenderam as fronteiras artificiais e, com elas, todas as consequências que sobrevivem em Angola até os dias de hoje.

Importa ressaltar que a organização política, social e cultural dos países do continente africano, antes da independência, não se constituía em Estados soberanos e os povos se organizavam em grupos étnicos. Esses grupos nomeados em primeira instância de “tribais”, também receberam influências gritantes dos europeus, as quais já incitavam a disputa pelo poder, prescrita pelo enraizamento de conceitos binários. Segundo Munanga:

A etnicização ou tribalização da África foi um processo constante em todas as políticas coloniais. As formações políticas diversificadas como impérios, reinos, chefias, clãs, foram reduzidas a um mosaico de etnias que cada regime colonial tentou inventariar. Em algumas situações, criaram-se etnias e/ou fabricaram-se consciências étnicas que não existiam antes da chegada do colonizador (MUNANGA, 2004, p. 26).

Constata-se, com base na afirmação de Kabengele Munanga, que a criação de algumas etnias e/ou “tribos” em África, foi uma estratégia, utilizada pelos colonizadores, de dividir para reinar. Essas rachaduras, que implicavam hierarquia e categorias de exclusão de uns sobre os outros, tornaram-se os grandes problemas do século XX, diante a solidificação dos Estados dos países do continente africano, já que embarreiravam as convergências entre as formações políticas de cada um.

Restringindo-se ao caso de Angola, notam-se as discordâncias internas aos três partidos: MPLA, FNLA e UNITA, os quais disputavam a liderança do país. O primeiro,

movido pelo apoio socialista, sonhava com uma nação angolana unida, com oportunidades iguais para todos, já os dois últimos, de ordem capitalista, almejavam a manutenção desse sistema e, por conseguinte pela implantação da democracia. Com as ideologias totalmente opostas era de se esperar que os atritos desabrochassem instantaneamente, uma vez que cada partido tinha uma imagem de como ficaria Angola no pós-independência e, além disso, trabalhava em busca da legitimação política.

Os atritos multiplicavam-se em Angola pois as fronteiras artificiais desenvolvidas no período colonial, aliadas a sede de estabelecer um Estado, aflorou todas as diferenças possíveis e impossíveis entre aqueles povos. Todavia, a culpa, jamais poderia ser atribuída às potências, logo se retomou o discurso que as engrandeciam diante dos “não civilizados”, reavivando a ideia da África “selvagem”. De acordo com Munanga:

Diante dessa violência, a opinião comum, formada com base em um olhar jornalístico ocidental e etnológico colonial, acostumou-nos à seguinte explicação, fundamentada num cenário de três atos: no início, havia uma África pré-colonial, despedaçada pelas guerras tribais incessantes; em seguida, veio a Missão Civilizadora, por meio das potências coloniais que conseguiram, com muito trabalho e dedicação, construir o progresso e apaziguar as tribos selvagens; no último ato vem a África pós-independência que, por uma espécie de atavismo hereditário, retorna, após a saída do colonizador, ao velho tempo pré-colonial (MUNANGA, 2004, p.20)

Embora Munanga esteja se referindo à África de maneira geral e, em três quadros históricos específicos, pode-se utilizar sua fala para retratar também o período antes da independência de Angola, a qual foi efetivada em 1975. Conforme descrito anteriormente, as divergências das formações políticas nesse país intensificaram grandes conflitos antes, durante e após a independência, o que levou as potências a retomar o velho discurso que descrevia a África, enquanto um continente primitivo, “selvagem” e “não civilizado”, onde “tribos” se digladiavam sem motivos. Para sedimentar ainda mais esse retrato, as etnias e/ou grupos étnicos foram responsabilizados pelos atritos que estavam devastando Angola, daí a ideia de conflitos étnicos e/ou “conflitos tribais”, como prefere chamar Pepetela.

Levando em consideração que as etnias representavam a forma organizacional cultural dos povos de Angola, a responsabilidade dos conflitos que pesava sobre elas, refletia outro discurso proferido pelos imperialistas sobre o país, exposto por Figueiredo no seguinte trecho:

A modernização também esteve na raiz de um certo discurso, duradouro e amplamente disseminado através dos meios de comunicação ocidentais, que estabelecia que grande parte dos problemas e da turbulência pelos quais passaram os novos Estados na África desde as independências estavam relacionados à característica ‘tradicional’ dessas sociedades, e à sua incapacidade de adequar-se aos padrões societais, culturais e políticos europeus, incorporados no ideal do Estado-Nação (FIGUEIREDO, 2012, p.88-89).

Portanto, para além de qualificá-los de “não civilizados” e “selvagens”, a visão ocidental persistia na disseminação da incapacidade inata dos habitantes da África-Angola, de não conseguirem se adaptar aos padrões europeus, tidos como exemplo.

Isto posto, reafirma-se que para além de “conflitos tribais”, ou seja, para além dos atritos diante das diferenças culturais, o que incendiava e atribulava os caminhos até a independência de Angola era justamente a reprodução dos conceitos binários internalizados em seus povos, através da assimilação. Contudo, ressalta-se que as etnias também contribuíram para as disputas, dado que cada grupo étnico lutava para conquistar seu espaço no novo Estado que iria surgir, mas elas não devem ser entendidas como impulsionadoras de divergências, pelo menos não nesse momento narrado.

Concluída essa etapa histórica, assim como o destrinchar do gênero romance, acredita-se estar a um passo de validar o argumento primordial dessa pesquisa, o qual se preocupa em revelar que as identificações étnicas não serviram como instrumento central das discórdias, atritos, conflitos, entre os povos angolanos em meio à luta pela independência de Angola. Para autenticá-lo, movimenta-se para a análise de trechos do capítulo *Ondina*, o qual compõe a terceira parte do romance *Mayombe*.

### Capítulo 3: “Conflitos tribais” em *Mayombe*

Após percorrer um extenso e surpreendente caminho, alcança-se o ápice desta pesquisa, já que é chegado o momento de “mergulhar” e compreender a admirável escrita do romance *Mayombe*. O objetivo desse capítulo é analisar algumas narrativas que dão vida a terceira parte do romance em questão, intitulado *Ondina*, com o intuito de reafirmar um dos principais argumentos que sustentam esse trabalho, o qual atesta que: as etnias, ao contrário do que as potências mundiais persistiam em declarar, não foram as principais causadoras dos atritos em Angola, antes e durante a independência.

Em um primeiro momento, pretendeu-se enfatizar a importância do gênero romance para a história da literatura angolana especificando três características fundamentais para a formação desse gênero, conforme as concepções do teórico russo Mikhail Bakhtin, explicitadas no capítulo inicial desse trabalho. Dando continuidade e, fazendo uso do percurso histórico traçado e esmiuçado no segundo capítulo, foram analisados os bastidores dos considerados “conflitos tribais”, entrelaçando alguns trechos que constituem *Ondina* com os contextos dos quais eles emergem.

De maneira geral, esta seção será composta pelo entrelaçamento da literatura com a história, já que o desejo é analisar fragmentos de um dos capítulos que compõem o romance *Mayombe* a partir do solo histórico que os envolve. Com essa exposição, dá-se por encerrada, por ora, a trajetória instigante trilhada nesse trabalho.

#### 3.1. A história da literatura angolana e a importância do gênero romance

A literatura angolana esboçou seus primeiros passos no século XIX, mais precisamente a partir de 1844, quando o prelo<sup>2</sup> chegou à cidade. A primeira publicação de periódicos em Angola ocorreu em 1845, com a impressão do *Boletim do Governo Geral da Província de Angola*, o qual servia como instrumento de comunicação social, dado que era constituído por regras, notícias e anúncios de vários segmentos, que pautavam a organização local exigida pelos colonos. Embora a partilha da África tenha ocorrido em 1884/1885, os portugueses já estavam no controle de Angola há alguns anos, por isso esse periódico já continha as ordens exigidas por eles.

---

<sup>2</sup> Máquina de impressão tipográfica, também conhecida por prensa, inventada pelo alemão Johannes Gutenberg, no século XV.

Quatro anos após essa publicação, foi impresso o primeiro livro de poemas intitulado *Espontaneidades da minha alma*, escrito em língua portuguesa pelo angolano José da Silva Maia Ferreira, o qual exaltava as belezas do país, ao mesmo tempo em que lisonjeava o sistema de dominação colonial, conforme evidencia Jacob: “Mesmo louvando a ordem colonial e cantando com um certo tom de exotismo a terra e o homem local, o mestiço Maia Ferreira reivindica em seus poemas o seu pertencimento ao país africano e declama seu amor à pátria” (JACOB, 2010, p. 98-99). Sendo descendente de europeus e tendo viajado, desde pequeno, para vários lugares do mundo, Ferreira deixava transparecer em sua escrita a oscilação de pensamentos, ora cortejando os europeus, ora aclamando os encantos de Angola. Levando em consideração que os escritores da época e suas opiniões “vinham de uma elite intelectual pertencente à classe média e muito beneficiada de sua situação de intermediária na situação colonial” (JACOB, 2010, p.101), a atitude de José da Silva Maia Ferreira é tida como natural, pois se distanciar do “mundo” que lhe cercava e das frequentes posições assumidas por quem fazia parte dele, era um tanto impossível. Contudo, não se deve negar a importância dos seus escritos para a formação da literatura angolana.

As publicações provindas da metrópole e dos escritores de uma elite intelectual proliferavam-se em Angola. Todavia, por volta de 1870, eclodiu intensamente a imprensa livre angolana, marcando o início de impressões contestatórias. Essas escritas, provindas da imprensa autônoma, incitavam o reflorescer dos aspectos culturais dos povos angolanos e, assim, questionavam (nas entrelinhas) as imposições do sistema colonial. Segundo Jacob: “Um dos aspectos desse jornalismo é a inserção de frases, mensagens e expressões em Kikongo, umbundo e principalmente em quimbundu, línguas da grande família banta, ao invés da língua oficial imposta pela metrópole como sinônimo de civilização” (JACOB, 2010, p. 99). Então, resgatando as particularidades culturais, se iniciou a busca pela formação de uma literatura, de fato, angolana. Dentre as obras publicadas nesse período é possível citar: o *Jornal de Loanda* (1878); a novela *Nga Muturi* (1882), ambos criados pelo português Alfredo Troni; e o livro de poemas *Delírios* (1890), escrito pelo angolano Joaquim Dias Cordeiro da Matta. Para além do *Jornal de Loanda*, mais três jornais foram considerados como impulsionadores dessa nova fase da literatura em Angola, são eles: *O Echo de Angola* (1881), *O Futuro de Angola* (1882) e o *Pharol do Povo* (1883).

É interessante notar que quem conduziu essa nova fase da imprensa em Angola foi um português, daí se pode depreender que mesmo sendo autônoma e almejando afirmar as características dos seus povos, a imprensa continuava nas mãos de uma elite favorecida pela situação local. De acordo com Chaves: “Nunca é demais lembrar que o ponto de vista apresentado era sempre o do homem europeu, culto, cristão, superior na civilização de que se fazia representante” (CHAVES, 2004, p.149), logo essa fase literária paradoxal, apesar de marcar os primórdios de uma literatura local, enfrentava as dificuldades provenientes do solo histórico, já que em tempos de opressão colonial, poucos ganhavam espaço para expor seus pontos de vista.

Com a virada do século (XIX-XX) um aglomerado de publicações ganhou vida em Angola. Em 1901, uma grande quantidade de “artigos, relatórios e textos escritos por onze intelectuais da época, ‘filhos da terra’<sup>3</sup>, que exerciam sua atividade intelectual nos periódicos independentes” (JACOB, 2010, p.102), foram publicados no conjunto intitulado *Voz de Angola Clamando no Deserto*. Esses textos foram escritos em “reação ao artigo ‘Contra Lei, pela Grey’ publicado em março do mesmo ano, no número 4 da *Gazeta de Loanda*, em que o autor anônimo destacava a inferioridade do negro e sua condição não-humana” (JACOB, 2010, p.102). À vista dessa ideia repugnante, se pode imaginar o árduo e prazeroso trabalho assumido pelos ‘filhos da terra’, os quais gozando de um intelecto audacioso, somado a ânsia de refutar essa imagem divulgada, utilizaram a escrita como arma de protesto.

Obstinados em produzir conteúdos que engrandecessem o homem angolano, bem como manifestassem as condições que viviam sobre o domínio colonial, os grandes escritores da época continuaram a usar e abusar da escrita. Após esse conjunto de textos publicados em 1901, desabrochou no ano seguinte o primeiro volume da revista *Luz e Crença*, a qual foi “promovida pela Associação Literária Angolense, sob a responsabilidade dos angolanos Pedro da Paixão Franco, Francisco Castelbranco e Silvério Ferreira” (JACOB, 2010, p. 105). Todos que formavam a edição dessa revista almejaram despertar nos habitantes do país a luta pela independência, porém por incomodar tanto os planos e estratégias da metrópole, ela só chegou até o seu segundo volume. Prosseguindo com o realce das publicações mais importantes do início do século XX, têm-se o jornal *O angolense* (1907), elaborado pelo os mesmos

---

<sup>3</sup> Esse foi o título e/ou assinatura escolhida pelos próprios intelectuais para representá-los nesse conjunto de publicações.

organizadores da revista *Luz e Crença* (1902), seguido do *O Negro* (1911), os quais foram considerados como os últimos estimulantes à independência, antes da implantação do Estado Novo Português.

O cenário histórico que Portugal enfrentava desde início do século XX até a consolidação do Estado Novo (1933) implicou diretamente nas publicações da imprensa autônoma angolana. Retomando os fatos históricos significativos que levaram a implantação desse Estado em Portugal, destacam-se três determinantes: Revolução Republicana (1910), I Guerra Mundial (1914-1918) e o Golpe Militar (1926). Em 1910, membros do exército e da marinha, alguns dirigentes civis e um conjunto de populares, clamaram em prol da proclamação da República e deram um basta no governo monárquico que regia o país. Com a primeira Constituição aprovada em 1911 e, com Manuel Arriaga comandando a presidência do país, os povos desse local esperavam ansiosos por mudanças, tanto no âmbito social, quanto no financeiro e estrutural. Entretanto, antes mesmo de organizar seu exército e firmar suas estratégias políticas, Portugal adentrou na I Guerra Mundial para defender a permanência de suas colônias em África. Já era de se esperar que o país ficasse abalado após o fim dessa grande guerra, pois diante as demais potências, Portugal era o mais pobre e menos preparado para vencer. Em 1918, tudo parecia perdido, a desvalorização da moeda, a instabilidade financeira, as dívidas e a quantidade de feridos e mortos, deixavam à mostra as mazelas da luta. Cansados de esperar e acreditar nas propostas democráticas, bem como necessitando de transformações e estabilidades políticas, sociais e financeiras urgentes, militares, civis e populares suplicaram e reivindicaram por um governo ditatorial. Dessa maneira, em 28 de maio de 1926, dá-se fim a 1º República e, por conseguinte, a primeira Constituição de Portugal.

Com o início de governos ditatoriais, Antonio de Oliveira Salazar assumiu o controle do país e declarou o Estado Novo Português em 1933. Resumidamente, essa fase de governos ditatoriais, mais conhecida como tempos da ditadura Salazarista – já que o governo desse ditador era o que mais se destacava – pregava a censura da imprensa e o culto ao chefe, além das repressões e demais exigências que são de praxe desse período histórico. Essa censura implicou diretamente nas publicações da imprensa angolana, provocando “um verdadeiro esfriamento nas camadas intelectuais de Angola” (JACOB, 2010, p. 106), mas não por muito tempo. De acordo com Jacob: “a atividade dessa imprensa não ficaria silenciada por muito tempo. Após cerca de meio século de

quase total silêncio, sua força contestatória seria retomada pelo movimento dos Novos Intelectuais de Angola, que surgiu em 1948, com o seguinte lema: ‘Vamos Descobrir Angola!’” (JACOB, 2010, p. 106-107). Liderado por Agostinho Neto, Viriato da Cruz e Antonio Jacinto (três dos novos intelectuais), esse movimento ganhava força com a publicação da revista *Mensagem*, a qual continha textos que engrandeciam o passado dos homens angolanos com o intuito de reavivar suas características culturais. Vale enfatizar que o nome dessa organização literária e, também política, ao mesmo tempo em que demarcava uma nova fase da literatura angolana, apontava para a ideia de que em algum período da história existiram os Velhos Intelectuais. Obviamente, se os Novos Intelectuais surgiram nos anos 40, os Velhos só podiam ter existido antes do Estado Novo.

Relembrando o conteúdo explanado no segundo capítulo deste trabalho, sabe-se que as primeiras organizações políticas no continente africano, as quais fizeram da literatura um instrumento de protesto e intimação dos povos rumo à luta pelas independências, brotaram após o fim da segunda Guerra Mundial. Até então, os intelectuais faziam uso de jornais, revistas e poesias para descrever e denunciar as circunstâncias enfrentadas pelos habitantes de Angola desde o início da colonização, porém as mudanças sociais, políticas e históricas envoltas a derradeira guerra, exigiram a utilização de um novo gênero literário, que conseguisse reproduzir as transformações do cenário histórico com riqueza de detalhes, mantendo a aproximação dos relatos com a realidade, ao mesmo tempo em que continuasse a incentivar a luta em prol da consolidação do Estado angolano. Unindo o útil ao agradável, os grandes intelectuais da época, resolveram fundar o romance angolano em 1950, para que assim fosse plausível (re)contar as situações do passado, presente e futuro da população de Angola. Para ilustrar essa escolha do gênero romance, em 1950, cita-se:

A partir do fim da segunda Guerra Mundial, seguindo os protestos dos países africanos colonizados pela Inglaterra e França, de movimentos internacionais como o da Negritude, as rupturas com Portugal são cada vez mais reivindicadas pela população angolana. À época, também o jornalismo e a poesia conclamam a construção de uma tradição cultural autônoma e independente e lançam as bases do movimento *Vamos Descobrir Angola!*, que funda em 1950, o espaço em que o romance se desenvolverá para cumprir, segundo Bakhtin,

seu destino de gênero flexível, sem forma fixa e de incontáveis possibilidades de escritura (AGAZZI, 2006, p. 193).

Haja vista que o romance é o único gênero em evolução e portador de idiosincrasias exclusivas e, tendo em mente a energia nacionalista que dominava os povos de Angola a partir dos finais dos anos 40, esse gênero, sem dúvidas, era o que mais se adequava aos desejos dos escritores e ao solo histórico daquele período. Almejando dar conta das transformações do cenário histórico, político e social que movimentava o país desde 1948, a estratégia dos Novos Intelectuais de Angola foi optar por uma literatura intitulada por Vieira como ‘calibanesca’, ou seja, “que se apropria de elementos úteis da cultura do colonizador, a língua e suas formas literárias modernas, sem, porém, esquecer-se das culturas locais, dos mitos, lendas e provérbios, das palavras e expressões das línguas nacionais que são recuperadas sob novas bases” (VIEIRA, 2010, p.3). Desse modo, aproveitando-se do romance enquanto produção literária da e para a modernidade, os escritores angolanos adaptaram a maleável estrutura desse gênero ao contexto específico do país.

O gênero romance, exaltado por Bakhtin como o “único gênero em evolução” (BAKHTIN, 1998, p.400), trouxe para os movimentos nacionalistas angolanos a força ideológica que tanto precisavam, pois somente refletindo e escrevendo suas próprias histórias, sem a intervenção da metrópole, era possível perceber os seus potenciais. Ainda de acordo com Bakhtin: “Somente o que evolui pode compreender a evolução” (BAKHTIN, 1998, p.400), logo estando a um passo de subir o degrau da independência tão sonhada, não teria estratégia melhor do que esbanjar de um gênero inacabado para sedimentar aquilo que ainda também não estava formado.

Expondo “um quadro da sociedade na totalidade viva e dinâmica de suas contradições” (LUKÁCS, 2011, p. 207) e, tendo em sua composição estilística o plurilinguismo, o gênero romance serviu para fortalecer a complexa caminhada dos povos de Angola até a independência e para além dela, reerguendo os seus aspectos culturais e gritando ao mundo sobre as suas garras, negadas historicamente pelas potências imperiais. O plurilinguismo reacendeu a beleza das línguas e dialetos maternos, proporcionando a cada uma a devida posição de destaque. Bakhtin afirma que “cada língua como que renasce de novo e se torna qualitativamente outra para a consciência criativa que nela se encontra” (BAKHTIN, 1998, p.404), assim sendo, pode-se afirmar que a liberdade da escrita, a flexibilidade da estrutura do gênero e a sua

ligação com o presente inacabado (contemporaneidade), foram fatores de extrema importância para levantar as preciosidades da cultura angolana e realçar a competência dos povos de vencer o sistema colonial.

De maneira geral, “os movimentos nacionalistas marcaram a história literária dos países africanos de língua portuguesa e preparam o ambiente cultural para o surgimento das narrativas de Pepetela” (AGAZZI, 2006, p.193), considerado o primeiro escritor de romances angolanos em língua portuguesa. Para além de Pepetela, José Luandino Vieira também se destacava na produção de grandes romances em Angola, mas como o objetivo nessa pesquisa é analisar as admiráveis descrições e narrações de Artur Carlos Mauricio Pestana dos Santos, não se descreverá a história de Luandino. Ressalta-se também a participação direta de Pepetela na luta para independência de Angola, o qual fazia parte do partido político MPLA.

Tendo em sua carreira a formação de sociólogo, Pepetela descreve a sociedade angolana de forma bem particular, relacionando sua visão crítica sobre o social à imaginação literária. “Aproveitando do gênero, o senso de historicidade, a lógica da causalidade histórica, Pepetela organiza a sua visão do que tem sido aquela sociedade” (CHAVES, 1999, p.218) e em meio a essa organização, deixa transparecer alguns problemas – herança do sistema colonial – que contribuíram para adiar a independência de Angola, como por exemplo: o racismo e o “tribalismo”. Restringindo-se ao romance *Mayombe*, uma das obras desse grande escritor e sociólogo, nota-se que o “tribalismo” e, por conseguinte, os termos derivados: etnia e “tribo”, bem como a expressão “conflitos tribais”, são componentes primordiais da estrutura narrativa dessa obra, indicando os microcenários que fluem em meio à batalha pela libertação do país. Conforme Figueiredo:

Como não podia deixar de ser, os temas ligados à relação entre identidade ‘tribal’ e pertença nacional são recorrentes no conjunto dessa literatura, embora apresentem uma heterogeneidade no tratamento que reflete a variedade de formulações a respeito das formas de superar o dilema da ‘nação’ e da ‘tribo’ (FIGUEIREDO, 2012, p.31).

À vista disso colocam-se duas observações relevantes: apesar de tentar escrever uma literatura genuinamente angolana, a dificuldade de afastar-se totalmente dos

pensamentos europeus permanecia, já que a estrutura dos gêneros utilizados e algumas teorias provinham deles. Conquanto, as interpretações dos termos etnia e/ou “tribo”, nesse caso, ganhavam outras dimensões e análises, resguardando as especificidades locais. Um segundo ponto identifica-se na postura assumida por Pepetela, na construção do romance *Mayombe*, a relação do macro e do micro fundidas na sociologia, onde o macro será representado pela guerra de libertação do país, enquanto o micro será descrito pelas mazelas que atormentam Angola desde a chegada dos portugueses. Essa escrita de romances africanos, que abriga termos fabricados pelas potências imperiais, provoca no leitor um duplo choque, pois no mesmo instante que se conhece e compreende o significado desses termos na concepção europeia, aprende-se a (re)interpretá-los mediante os olhos dos filhos de Angola. Não obstante, pode-se afirmar que foi esse duplo choque que impulsionou esse trabalho, pois na medida em que a leitura do romance fluía e que surgia o termo “tribo”, em especial a expressão “conflitos tribais”, surgia a percepção do desafio indireto proposto por Pepetela. De um lado, para entender a obra, deve-se saber das definições desses conceitos eurocêntricos; de outro, para além de compreendê-los nessa visão, deve-se procurar entender como e porque eles foram trabalhados pelo autor. Assumindo esse desafio e se arriscando em (re)interpretar a visão e o contexto onde se sedimenta a expressão chave dessa pesquisa, parte-se para a inspeção do capítulo *Ondina*.

### 3.2. Reinterpretando a expressão “conflitos tribais”

O romance *Mayombe*, escrito no período da guerra de libertação de Angola, por Pepetela, escancara os micro problemas sociais, políticos e históricos enfrentados pelos povos angolanos antes da conquista da independência do país em 1975. Em concordância com o que foi dito nos capítulos anteriores, já se sabe que esse romance retrata a batalha dos guerrilheiros do MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola- em meio à floresta tropical Mayombe. Sabe-se também que esse movimento foi instigado pelo apoio da União Soviética, contemplada no término da Guerra Fria como potência mundial, o que enraizou no coração dos guerrilheiros o amor ao socialismo. De acordo com Lima: “O livro levanta a todo instante os desafios para a libertação nacional e a luta pelo socialismo devido a questões como o tribalismo, o racismo e corrupções internas no movimento que acabam minando a credibilidade da revolução” (LIMA, 2011, p. 237). Diante disso, o que se propõe é um comentário analítico sobre um dos

obstáculos que adia a formação da nação angolana, denominado por Pepetela, em sua obra, como: “conflitos tribais”.

Antes de iniciar a análise dessa expressão, recordam-se algumas informações consideráveis: primeiramente, atenta-se para a construção do conceito “tribo”, o qual foi desenvolvido em 1871, pelo antropólogo Lewis Henry Morgan, com base nas diferenças perceptíveis entre as organizações sociais das coletividades. Segundo a tese de Morgan, a evolução humana se desenvolvia em três estágios: selvageria, barbárie e civilização, mas permeando o contexto histórico do século XIX e XX, tempos de expansão imperial e consequentemente colonial, identificou-se que na realidade a evolução humana era dividida em duas fases: barbárie e civilização, aos olhos das potências. Em tempos de opressão colonial, o discurso ideológico servia como uma poderosa arma para alcançar os objetivos almejados, logo, somando essa tese com o desejo de dominar os ditos povos “tribais”, se conseguiu justificar a colonização. Ademais, o debate sobre nação que perpassava os séculos XVIII a XX, auxiliava na propagação da ideia de que os povos negros, africanos, não eram portadores de história, já que não tinham uma organização política pautada pela figura de um Estado. Essas ideologias que ressaltavam a figura do homem africano enquanto inferior, selvagem, “tribal” e sem história, prolongaram-se até a Segunda Guerra Mundial, quando os alemães, liderados por Adolf Hitler e agindo irracionalmente (como os selvagens) promoveram uma das fases mais sangrentas do mundo. No entanto, essas singularidades atribuídas aos povos do continente africano, reergueram-se no início das suas articulações em favor da independência de seus países, já que os “conflitos tribais” não permitiam as suas evoluções amparadas pelas novas potências mundiais.

A expressão “conflitos tribais” serviu como curativo para as feridas herdadas do período colonial, pois, ao invés de culpar o grandioso trabalho dos imperialistas/colonizadores, foi muito mais fácil reavivar a imagem de uma África selvagem e sem salvação. Conforme Figueiredo:

A modernização também esteve na raiz de um discurso, duradouro e amplamente disseminado através dos meios de comunicação ocidentais, que estabelecia que grande parte dos problemas e da turbulência pelos quais passaram os novos Estados na África desde as independências estavam relacionados à característica ‘tradicional’ dessas sociedades e à sua incapacidade de adequar-se aos padrões

sociais, culturais e políticos europeus incorporados no ideal de Estado-nação (FIGUEIREDO, 2012, p. 88-89).

A construção histórica realizada pelos europeus sempre insistia em reafirmar os aspectos “negativos” e tradicionais que rodeavam o ser africano. Dessa forma, percebendo que as sementes plantadas na época das colônias estavam prontas para serem colhidas, as potências do momento (URSS e EUA) logo trataram de disseminar o argumento que afirmava que a culpa de todos os problemas sociais provinha da incapacidade natural daqueles povos, que se digladiavam mesmo quando era para lutar pelo bem comum.

Em resposta a essa construção histórica eurocêntrica, Pepetela serviu-se da literatura, mais precisamente, do gênero romance para retratar o que se passava em Angola nos anos 1970. O romance *Mayombe*, sendo composto por um conjunto de vozes de guerrilheiros do MPLA, descreve a energia nacionalista que coordenava os habitantes de Angola naquele momento, relatando também os diversos obstáculos a serem enfrentados até a consolidação do Estado do país. Dentre esses obstáculos, o que mais chama atenção são justamente os “conflitos tribais”, já que esse termo desponta em todo o livro, apesar de trazer consigo concepções desagradáveis sobre aquelas pessoas. Isso posto, reafirma-se o desafio disfarçado proposto pelo autor da obra, o qual utiliza um termo europeu, instigando a (re)interpretação do leitor. Segundo Chaves: “Organizados contra um inimigo comum e mais poderoso, os guerrilheiros devem vencer também os fantasmas deixados como herança pelo sistema colonial: o racismo, o tribalismo, o regionalismo como conflito” (CHAVES, 1999, p.222), o que reflete a atitude de Pepetela, o qual evidencia no decorrer de toda sua obra que apenas quando se reconhecessem para além das diferenças étnicas, criadas muitas vezes pelos colonizadores, que conseguiriam alcançar o objetivo de ser “livres”.

Na tentativa de realizar essa (re)interpretação da expressão “conflitos tribais”, escolheu-se o terceiro capítulo da obra em questão, intitulado *Ondina*. Como foi exposto no segundo capítulo desta pesquisa, essa escolha foi assentada em dois motivos especiais: por expor a situação “descontrolada” da guerrilha, retratada pela fome, cansaço e a desilusão, tanto no âmbito pessoal (traição de André para com o Comissário), quanto no tocante ao sonho da independência nacional e, por ser um dos capítulos em que Pepetela, notabiliza os atritos “tribais”. A explosão desse capítulo dá-se pela traição do camarada André para com os membros da guerrilha e, principalmente

para com o Comissário João. André enquanto Kikongo e como um dos chefes responsáveis pelo MPLA, começou a atrasar a ida de comidas da base Dolisie para os combatentes internos a floresta Mayombe, o que ocasionou a fome e todas as instabilidades que dela provém, como o estresse e a raiva. Aliado ao erro de não enviar alimentação para os guerrilheiros, André acabou por envolver-se amorosamente com a noiva do comissário João, provocando um desequilíbrio em todos e erguendo um debate cercado de ideologias negativas e homogêneas a respeito das diferenças “tribais”, pois “André era Kikongo e Ondina noiva dum Kimbundo” (PEPETELA, 2013, p.135).

O comportamento de André desalinava os combatentes do foco do movimento, pois se sentindo enganados por duas vezes e pela mesma pessoa – um dos chefes do MPLA– já não conseguiam mais acreditar na conquista da nação angolana socialista. Sem Medo, o comandante da guerrilha, insistia em harmonizar o ambiente de luta, mas com os nervos a flor da pele isso parecia impossível. No primeiro instante, antes do envolvimento de André com Ondina, o que tornava o clima tenso e inquietante nesse lugar era a fome, conforme Pepetela expõe já nas primeiras páginas do capítulo.

A comida acabara, mesmo a presa caçada pelo Chefe das Operações. Os homens iam cada vez mais longe apanhar comunas, pois as árvores que estavam perto da Base já se tinham esgotado. Era preciso marchar duas horas para se chegar ao sítio virgem onde havia ainda frutos. Iam aos grupos de três e enchiam os sacadores. As comunas eram repartidas de igual modo por todos. Havia vários guerrilheiros com diarreia, causada pelo óleo do fruto (PEPETELA, 2013, p.125).

Percebe-se o quão difícil estava ficando a questão alimentar para esse grupo, pois caminhar duas horas para conseguir frutos que lhe causavam problemas intestinais, ao mesmo tempo em que continha parcialmente os vossos apetites, deveria ser um tanto frustrante. As “comunas” brilhavam como a única solução para saciar o que lhes atormentavam, porém não sendo suficientes para a quantidade de homens e seus desejos alimentícios, acabavam por incitar o isolamento e os atritos entre eles. Cansados de comer comunas, os guerrilheiros ameaçavam desertar.

Vários guerrilheiros ameaçaram mesmo desertar, mas ficaram-se nas palavras. Mais uns dias e as deserções seriam reais. Sem Medo dissera

ao Comissário para evitar dar castigos em caso de conflitos tribais, pois a fome acentuava o nervosismo e o tribalismo. O Comissário não queria ceder, mas acabou por reconhecer que a situação era anormal e que a irritação se apoderava de todos. Tornou-se um mediador entre os adversários, em vez de juiz (PEPETELA, 2013, p.125-126).

A situação que imperava em meio à guerrilha caminhava de mal a pior. Os guerrilheiros cogitavam a hipótese de abandonar o movimento e, por conseguinte, desistir da nação angolana, caso as circunstâncias não melhorassem. Cabia ao Comandante e aos demais chefes responsáveis o controle dos litígios que apareciam a todo tempo, portanto para além da fome e, como uma das consequências dela, tinham como difícil tarefa conter os “conflitos tribais”. Ao que tudo indica, diante do pedido de Sem Medo ao Comissário, esses atritos intensificavam-se na presença do fator fome, logo, é possível deduzir que, se essas desavenças eram apenas acentuadas com os demais fatores sociais momentâneos, é porque elas já existiam silenciadas naqueles povos. Essa dedução remete à figura dos homens africanos construída pelo olhar europeu, em que os seus potenciais atávicos hereditários eram ressaltados pelos embates no encontro das “tribos”. Aliás, também se pode pensar que esses atritos já aconteciam no interior do movimento bem antes da deficiência alimentar, pois Sem Medo pedira ao seu companheiro para não castigar aqueles que se envolvessem em confusões desse tipo por conta do quadro de instabilidades físicas e emocionais que os cercavam na ocasião, dando a entender que essas ações, antes, eram punidas, uma vez que não tinham justificativa para acontecer.

Essa postura hesitante que justifica o que incitava os “conflitos tribais” ao mesmo tempo em que notabiliza a existência deles interno ao MPLA, recuperando algumas ideologias apregoadas no continente africano pelas potências mundiais no decorrer da história, conduz a reflexão sobre a postura assumida por Pepetela em suas escritas. De certa maneira, à medida que se declara que existem divergências entre os próprios membros do movimento socialista que lutava em prol da consolidação do Estado angolano, retoma-se a ideia de que o problema dos países da África, nesse caso Angola, está diretamente associado a sua forma “tradicional” e incompetente de hastear uma nação. Contudo, enquanto representante de uma literatura angolana, o autor de *Mayombe*, procura apresentar fatos que ajudem a recontar a história dos desacordos entre os grupos étnicos e/ou as “tribos”, para além das distinções culturais, destacando,

por exemplo, que a falta de alimentação saudável, o cansaço físico e mental e o nervosismo contribuem significativamente para as desavenças. Resumidamente, embora enfatizando a expressão “conflitos tribais” em suas notáveis narrativas, Pepetela se esforça para representá-la de outra maneira, tentando retirar o peso que ela acarreta, desde o seu surgimento, aos povos daquele país. Ainda assim, não consegue se apartar de algumas reproduções eurocêntricas, mesmo que elas se escondam implicitamente em suas descrições, o que é aceitável perante o contexto de onde ele vem – elite e do momento em que ele se encontra.

Prosseguindo com a análise de trechos do capítulo *Ondina*, vejamos a conversa de Sem Medo com o Comissário, a respeito da conduta do camarada André.

- Vai lá saber porque um burocrata sabota a guerra! Ou porque a guerra leva à formação de mais quadros, que um dia o podem substituir [...] Porque ele não guarda o dinheiro só para o gastar com mulheres [...] mas ele tiraria o dinheiro doutros sectores menos fundamentais, os sectores civis, para que a guerra não sofresse com a sua vida noturna[...] Haveria coisa mais fácil que levar os guerrilheiros até Dolisie para o prenderem?

- Por que não a pões em prática?

- Quais seriam os guerrilheiros que não o fariam? Só os Kikongos. Mas mesmo esses talvez marchassem, se eu os convencesse.

-Não sei. O André dá-lhes sempre dinheiro às escondidas, quando vão a Dolisie.

-Ai é que está! Nem a todos. O próprio Pangu-A-Kitina se queixa. E mesmo que os Kikongos não quisessem, eles seriam uma minoria que não se oporia, porque eu estava com os amotinados.

-Perderias totalmente o prestígio perante eles.

-Se soubesses como estou cagando para esse prestígio tribal! Se não o faço, não é por isso! (PEPETELA, 2013, p.130-131).

Ainda tentando resolver o problema da carência alimentar que assolava as estratégias da guerra, Sem Medo se lamenta com um tom de desconsolo sobre a atitude de seu primo André, o qual atrasou a chegada de comida para os guerrilheiros, devido ter gastado o dinheiro com as suas diversas mulheres. No entanto, ao comentar sobre a possível forma de punir esse camarada, que seria convocar todos os combatentes e irem

até Dolisie para o prenderem, o comandante parece titubear. Essa hesitação de Sem Medo pode ser atribuída ao seu grau de parentesco sanguíneo e cultural com André ou pelo fato de querer encobrir esse “escândalo” íntimo do MPLA, mantendo a sua reputação enquanto chefe responsável e, sucessivamente, o prestígio de sua etnia. Ao que tudo indica o comandante não se importa com o “prestígio tribal”, entretanto persiste em proceder inerte frente à grande sabotagem. A sua atitude imóvel, associada ao segundo ato desleal do camarada André, acarretará uma série de discursos maléficos a respeito dos Kikongos, reforçando o caráter homogêneo e negativo de pensar o “outro” “sob formas classificatórias hierarquizantes, dentro do poder de ‘nomeação’ nas mãos do poder e da ‘ciência’ coloniais” (MUNANGA, 2004, p.26).

A chegada do grupo de reabastecimento do Chefe das Operações na floresta Mayombe alegrava os combatentes e reerguia o sonho da independência nacional. Conquanto a harmonia e o alívio desses guerrilheiros acabaram rápido, pois a decepcionante notícia que recebiam, mais uma vez, levantava as discussões e divergências entre eles.

Mas o Chefe de Operações não trazia só o reabastecimento. Chamou o Comandante à parte:

-Trago um mujimbo<sup>4</sup>. O camarada Comandante é a pessoa mais capaz de resolver esse caso.

-De que se trata?

-Há um maka em Dolisie. Foi por isso que demorámos mais tempos. Impossível encontrar o camarada André, que se anda a esconder dos militantes. Só o ajudante dele é que se encontra. Acabou por arranjar essa comida, mas demorou.

-Mas que se passa então?

- Coisa séria, há muita confusão... Foram apanhados o camarada André e a camarada Ondina... Apanhados no capim! Está tudo em pólvora. Dolisie está quase a pegar fogo. Não sei como fazer com o Comissário. Toda gente sabe, ele tem de saber (PEPETELA, 2013, p. 133-134).

Ao receber esse comunicado nada agradável, do envolvimento de André com a noiva do Comissário, Sem Medo imaginava as polêmicas e implicâncias que tomariam

---

<sup>4</sup> Mujimbo, originalmente, significa notícia, mas tomou o sentido de boato, mexerico.

conta daquele ambiente dali para frente e, sem muito que fazer, pôs-se a acender um cigarro para enganar o nervosismo. Se a fome havia escancarado às dessemelhanças étnicas, a falta de respeito provinda do mesmo camarada que deixava os seus irmãos de guerra passando por necessidades, transtornava o espírito daquelas pessoas, levando ao descrédito da revolução. Em meio a esse descrédito, a figura do comandante Sem Medo também passava a ser questionada por duas razões: pelo fato dele ser também Kikongo e primo de André e, por não o ter punido em sua primeira sabotagem. A não punição desse camarada estimulava a desconfiança da figura política do chefe responsável, que se vestindo de ideais socialistas, parecia não ter se importado, no primeiro momento, com o que prejudicava o grupo. Agora, não tinha como se abster da bomba que desordenava aquele recinto, visto que todos os Kikongos herdariam o título de desleais.

Após conversar com o Comissário, partiram na manhã seguinte para Dolisie, com o intuito de solucionar todas as problemáticas que afluíam. Ao chegar ao destino almejado, Sem Medo foi em busca de algo para comer e, ao pedir um pão velho para Kadimba, um dos secretários e ajudantes da base, surpreendeu-se com as suas ironias.

-Então vocês agora metem-se com as mulheres dos outros?- disse  
Kandimba

-Vocês?

-Sim, vocês, os Kikongos!(PEPETELA, 2013, p.151).

A partir da fala de Kandimba, observa-se que quem levava a responsabilidade das práticas desonestas do camarada André não era só ele, mas o grupo étnico da qual fazia parte. Determinando-os como traidores e inconsequentes, os demais participantes da luta pela libertação de Angola agiam do mesmo modo que os colonizadores, taxando as “tribos” de acordo com as ações dos seus componentes. Ora, se o fato de se envolver com uma mulher compromissada, fomentava os insultos com as características “tribais”, pode-se garantir que qualquer outro acontecimento seria, também, sustentado pelas divergências culturais entre esses grupos. Haja vista que as fronteiras étnicas foram, em sua maioria, alimentadas pelos ensejos das potências imperiais e, tendo em mente que o exemplo de Estado-nação era oriundo das colaborações internacionais, atestam-se os resquícios das ideologias homogêneas que ainda incentivavam as práticas em Angola.

Continuando a conversa do velho com o comandante, têm-se o diálogo:

-Está lindo isto aqui! –disse Sem Medo.

Acabou o pão e foi tomar banho. Kadimba passou-lhe a toalha.

-Está mau- disse o velho. - O camarada André fez bem em fugir, senão tinha levado um tiro.

-Era o que ele merecia- disse Sem Medo.

-Acha que sim?

-Por que não?

O velho abanou a cabeça. Recebeu a toalha molhada e abanou de novo a cabeça (PEPETELA, 2013, p.151-152).

O gesto de abanar a cabeça revelava a desconfiança de Kandimba sobre a afirmação do comandante a respeito do tiro que André merecia. A personalidade de Sem Medo e dos componentes do seu grupo, os Kikongos, eram postas em questão ironicamente pelo velho Kadimba, retratando a concepção que, provavelmente, todos da base conjecturavam. As ofensas e sarcasmos entre os guerrilheiros não cessavam, mas a força de vencer as manchas facultadas pela história de dominação colonial entusiasmava os chefes do MPLA, os quais não exibiam uma compostura “tribalista”.

A prisão e expulsão do camarada André restituía a “calma” entre os guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola na medida em que patenteava que independente de ser um dos chefes e primo do comandante, a devida punição teria sido aplicada. Desse modo, as inquietações e as discórdias entravam em declínio, favorecendo o reconstruir do eixo central do movimento e reimplantando o sonho da nação angolana unida e livre das mãos dos europeus. Vale ressaltar que os obstáculos encarados até a independência do país em 1975 foram de um extremo de dificuldade a outro, já que perpassavam tanto as ideologias que sedimentavam as atitudes dos combatentes, quanto as dificuldades financeiras e estruturais.

Contempla-se de acordo com essa explanação sobre o capítulo *Ondina*, que para além da diversidade cultural dos habitantes de Angola, persistiam outros elementos vivificando os desentendimentos entre os combatentes da guerrilha, como por exemplo: a fome, a deslealdade, a incredulidade, o cansaço, o estresse, a raiva e o jogo político-marcado pela esperteza de desviar dinheiro do camarada André. Esses ingredientes serviam como estimulantes para os ditos “conflitos tribais”, já que aqueciam todos os impasses existentes entre aqueles homens. De acordo com Munanga:

Nem todos os conflitos, que levam à violação dos direitos humanos nos países africanos, têm sempre esse conteúdo étnico e/ou cultural que lhes atribuímos. A análise da realidade contemporânea de muitos desses países mostra que se trata mais de conflitos pelo controle e domínio do poder político herdado da colonização do que das diferenças culturais propriamente ditas (MUNANGA, 2004, p.19).

À vista disso, dá-se por alcançado o objetivo principal deste trabalho com o desfiar dos trechos do capítulo *Ondina*, os quais auxiliaram na fundamentação do argumento de que as etnias não foram as principais impulsionadoras dos conflitos em Angola antes e durante da luta pela independência do país. As narrativas de Pepetela esclarecem que os “conflitos tribais”, na maioria das vezes, não eram provocados pelas diferenças culturais, mas sim por detalhes do cotidiano que despertavam o isolamento e o nervosismo em um ambiente aborrecedor por si só. Portanto, para romper com a imagem de povos “selvagens” e “tribais” que se digladiavam por simples dessemelhanças étnicas, se desperta o conhecer do contexto social que sedimentou essa expressão, para que a entenda enquanto resultante de um processo histórico e não como um fenômeno natural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer a expressão “conflitos tribais” minuciosamente e poder perceber o que está por detrás dela, ou seja, os seus “bastidores”, foi uma grande conquista tornada possível por esta pesquisa. Entendê-la como mais uma das grandes construções eurocêntricas e, por sua vez, pautadas por estratégias egoístas e negativas lançadas sobre um “outro”, instigou-me a prosseguir com pesquisas que envolvam temas que passam diante os nossos olhos, mas que por se tornarem familiares, não conseguimos perceber de onde, como e porque eles surgem. A reinterpretação dessa expressão aos olhos de Pepetela esclarece que os atritos em Angola desabrochavam das incertezas e oscilações provocadas pelo cenário da guerra de libertação do país, desmitificando, assim, a ideia de uma África – Angola “selvagem” e sem salvação. Dessa forma, tendo alcançado o objetivo almejado neste trabalho, encerra-se por ora os percursos tomados entre as narrativas da literatura e os fatos históricos, realçando a seguinte afirmação de Munanga: “ Tanto a paz, quanto a violência, na história da humanidade, deveriam ser entendidas como resultantes de processos históricos, e não como fenômenos naturais” (MUNANGA, 2004, p.28), a qual impulsiona a reflexão sobre os conhecimentos reproduzidos a respeito dos povos do continente africano até os dias de hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAZZI, Giselle Larizzatti. O romance em Angola: ficção e história em Pepetela. *Imaginário-usp*, São Paulo, vol.12, n.13, p.191-208, 2006.
- AMSELLE, Jean Loup. Etnia, tribo: conceitos ambíguos. In: CORDELIER, Serge (coord.). *Nações e Nacionalismos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992, p.141-142.
- ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. A partilha da África e a resistência africana. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.44, p.77-98, Jul./dez.2008.
- BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: \_\_\_\_. *Questões de Literatura e Estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. 4.ed., São Paulo: Unesp, 1998, p.397-428.
- CABRAL, Amílcar. A cultura nacional. In: \_\_\_\_. *A arma da teoria: unidade e luta I*. 2.ed., Lisboa: Seara Nova, 1978, p.221-244. (Obras escolhidas de Amílcar Cabral, coord. Mário de Andrade).
- CHAVES, Rita. Pepetela: romance e utopia na história de Angola. *Via Atlântica*, São Paulo, n.2, Julho/1999.
- CHAVES, Rita. O passado presente na literatura africana. *Via Atlântica*, São Paulo, n.7, Outubro/2004.
- CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Decio de Almeida & GOMES, Paulo Emílio Sales. Literatura e Personagem. In: \_\_\_\_. *A personagem de ficção*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1970, p.9-23.
- FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980*. Salvador, 2012. Tese (Doutoramento em Estudos Étnicos e Africanos)- Universidade Federal da Bahia (UFBA).
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

JACOB, Sheila Ribeiro. A imprensa livre e o despertar da vida literária angolana no século XIX. *Miscelânea*, São Paulo, vol.8, p.97-107, Jul./ dez.2010.

LIMA, Priscila Henriques. Análise da obra literária Mayombe no contexto da guerra de libertação angolana. *Litteris*, Rio de Janeiro, n.8, setembro/2011.

LUKÁCS, Gyorgy. O romance como epopeia burguesa. In:\_\_\_\_. *Arte e Sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2.ed., Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p.193-241.

MUNANGA, Kabengele. Identidade étnica, poder e direitos humanos. *Thot África*, São Paulo, n.80, p.19-30, 2004.

PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Leya, 2013.

POUTIGNAT, Phillipe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. 2.ed., São Paulo: Unesp, 2011.

SAID, Edward W. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In:\_\_\_\_. *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.34-56.

VIEIRA, Karina Mayara Leite. Pelos caminhos da memória: a Angola no pós-independência revisitada por Ondjaki. *África e africanidades*, Rio de Janeiro, n.10, p.1-15.